

Debate Sindical

Nº 3
JUNHO/JULHO/AGOSTO
Cr\$ 40,00



**Falam os
sindicalistas
constituíntes**

ÍNDICE

4	As opiniões e propostas dos sindicalistas constituintes.
19	A luta sindical-trabalhista na Constituinte de 1946.
20	De onde sai o dinheiro para pagar a dívida externa.
26	Por que o Plano de Reforma Agrária não deu certo?
32	Alda relata sua experiência na Secretaria do Trabalho.
38	A história do peleguismo no movimento sindical do país.



Debate Sindical

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES) de São Paulo.

Jornalista Responsável:

Altamiro Borges

Redação:

Luiz Momesso
José Carlos Ruy
Altamiro Borges

Diagramação:

Domingos de Abreu Miranda

Capa:

Bernardo Joffily

Composição e impressão:

Artes Gráficas Guarú

Observação:

Os artigos não refletem necessariamente o ponto de vista da redação.

Centro de Estudos Sindicais: (CES) :

Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, Fone 37-7300, CEP 01050, São Paulo, CGC 54.609.953/0001-80.

Indústria de Artefatos de Borracha de São Paulo)

Diretor Cultural: Jamil Murad (diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo)

Diretor Social: José Carlos de Souza Silva (ex-diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo)

Diretoria do CES

Presidente: Eustáquio Vital Nolasco (2º secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo).

Vice-presidente: Nilton Octaviano dos Santos (presidente do Sindicato dos Têxteis de São Paulo)

Secretário-Geral: Osvaldo de Oliveira Ribeiro (presidente licenciado do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo)

1º Secretário: José Roberto Santiago Gomes (presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação de São Paulo)

1º Tesoureiro: João Batista Rocha Lemos (ex-metalúrgico de São Bernardo do Campo)

2º Tesoureiro: Nivaldo Araújo Santos (2º tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores na

DIRETORIA REGIONAL

ABC paulista: Antônio Renan Arraes (ex-diretor do Sindicato dos Bancários do ABC)

São José dos Campos: José Lúairdo Portela (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de São José dos Campos)

Ribeirão Preto: Antônio Guerreiro (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto e Sertãozinho)

Campinas: Sônia Regina dos Santos Martins (ex-diretora do Sindicato dos Gráficos de Campinas)

Suzano: Geraldo Pereira Filho (presidente do Sindicato dos Químicos de Suzano).



Companheiro sindicalista

O sindicalismo avança e enfrenta novos problemas: a reação procura controlar ou castrar o ascenso das lutas sindicais, como mostraram as recentes intervenções militares nos portos, refinarias e ferrovias, para reprimir a luta dos trabalhadores. Ao lado disso, há também a ação do governo no sentido de dividir os sindicatos, legalizando no país o pluralismo sindical.

Acreditamos que nossa revista é de fundamental importância para o movimento sindical no atual estágio das lutas no país. Para isso, ela deve circular regularmente, cumprindo os seus objetivos programáticos: ser um órgão de estudo aprofundado dos temas de interesse do movimento sindical, um órgão de polêmica franca e elevada, um órgão de intercâmbio das ricas experiências do nosso sindicalismo.

Apresentamos agora nosso terceiro número, parte do esforço para editar uma revista trimestral: atualmente não é fácil publicar materiais do interesse das lutas dos trabalhadores. O serviço gráfico é caro, seu preço sobe a cada dia.

Estamos trabalhando para fortalecer nossa revista. Nesse sentido, decidimos abrir suas páginas para a publicidade, principalmente para os órgãos do governo, desde que não comprometa sua linha editorial. *Debate Sindical* poderá, assim, cumprir sua tarefa, neste ano em que a Assembléia Nacional Constituinte está reunida, permitindo grandes e acalorados debates. Defendendo os interesses dos trabalhadores, nossa publicação pretende contribuir para que os pontos de vista mais progressistas sejam contemplados na nova Carta Magna do país. Para isso, esperamos o apoio do conjunto do movimento sindical. Em troca, oferecemos as páginas da revista, abertas para todas as críticas e sugestões.

Os editores

As propostas sindicalistas constituínt



s dos as tes



Como será a nova estrutura sindical do país? Ela defenderá o pluralismo ou manterá a unicidade sindical? Quais as garantias trabalhistas que serão contempladas na nova Constituição? O direito de greve deve ser limitado ou irrestrito - inclusive para os chamados setores essenciais?

Estas são algumas das questões em pauta na Constituinte. E elas geram acirrados debates. Os representantes do patronato já fixaram suas posições. Apesar de algumas nuances, eles defendem uma lei de greve restritiva - nos moldes da atual. São contra a estabilidade no emprego, a redução da jornada e outras reivindicações do conjunto do movimento sindical. Também não aceitam a proposta do reconhecimento dos organismos de trabalhadores dentro das empresas.

Com relação à nova estrutura sindical, concordam com pequenos avanços na legislação.

Pregam certa autonomia dos sindicatos, mas não aceitam o total desatrelamento do Estado. Além disso, os mais argutos defendem com ardor a implantação do pluralismo sindical. Falam que esta fórmula é mais democrática. No fundo, querem pulverizar os sindicatos no momento em que eles ganham força.

E os representantes dos sindicatos, o que defendem? **Debate Sindical** esteve no Congresso para ouvir alguns dos sindicalistas eleitos para a Constituinte*. Fez questão de entrevistar deputados de diversos partidos para formar um painel completo das opiniões sobre estes assuntos.

No geral, todos defendem a tese da autonomia e liberdade sindical. Querem o fim da tutela do Estado. Com algumas diferenças, pregam o irrestrito direito de greve. A maioria abraça as reivindicações expressas nos congressos de trabalhadores - como estabilidade e redução da jornada.

Mas há também divergências. Alguns querem a aprovação da Convenção 87 da OIT; outros não. Uns aceitam a idéia do pluralismo sindical; outros a rejeitam com ênfase.

Nas páginas seguintes, as opiniões de seis sindicalistas constituintes.

* Entrevistas feitas por Altamiro Borges, jornalista responsável da **Debate Sindical**

Paim (PT): "Convenção 87 não é um dogma"

Paulo Renato Paim foi eleito pelo PT do Rio Grande do Sul com 49.954 votos. Esta é a primeira vez que exerce um mandato parlamentar e considera-se "frustrado com a experiência". Sua militância política-sindical é recente. Em 1981 começou a atuar de forma mais ativa no sindicalismo gaúcho. Neste mesmo ano foi eleito para presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas - entidade que congrega 16 mil operários no interior do Estado. A partir daí ganhou grande projeção no movimento sindical, sendo eleito em 1983 para secretário-geral da CUT nacional.

Em 1984 foi reeleito para presidência do seu sindicato, mas agora se licenciou para ocupar sua cadeira na Constituinte. É casado, tem três filhos e 36 anos de idade.

DS: Como você vê a atual estrutura sindical e o que deve ser mudado?

Paim: A estrutura sindical em vigor é viciada e totalmente obsoleta frente à própria evolução da classe trabalhadora no país. Ela favorece o que há de mais conservador no sindicalismo.

Minha posição na Constituinte será de defesa intransigente da liberdade e autonomia sindical. Defenderei a Convenção 87 da OIT por entender que ela liberta o sindicato da tutela do governo. Sei dos perigos que ela traz no sentido do pluralismo, mas acho que os trabalhadores terão maturidade suficiente para não permitir a divisão dos sindicatos. Como a própria aplicação da Convenção leva dois anos, defendo que neste tempo se estudem as formas de garantir a unidade sindical.

DS: Mas não seria o caso de prever na lei a unicidade sindical?

Paim: Sei que esta é uma questão polêmica. Mas acho razoável aprovar uma lei garantindo a unidade, desde que isso seja fruto de uma ampla discussão no conjunto do sindicalismo. A lei representaria



FOTO: MIRIAM FICHTNER

mais uma segurança para os trabalhadores frente a ofensiva dos patrões, que sabidamente querem fragmentar os sindicatos. Acho que uma lei que garanta a liberdade sindical e, ao mesmo tempo, sua unidade, seria ideal.

DS: Mas esta posição é incompatível com a Convenção 87. Pelas normas da OIT, ou a convenção é aprovada na íntegra ou é rejeitada...

Paim: Eu ainda não aprofundei os estudos sobre esta questão. Os advogados de meu sindicato disseram que é possível incluir na Convenção um item defendendo a unidade sindical. É preciso estudar direito essa questão, ver se isso é possível... senão a gente pode entrar numa fria.

DS: Não seria mais fácil, então, aproveitar os itens da Convenção sobre autonomia, jogar fora o artigo segundo que dá brechas ao pluralismo e elaborar uma legislação sindical brasileira?

"Paim: 'A lei atual favorece o que há de mais conservador no sindicalismo. É preciso libertar o sindicato da tutela do Estado'"

Paim: Como já disse, esse negócio é complicado. Acho que a Convenção 87 não deve ser um dogma. Se o conjunto do sindicalismo entender que a unidade é fundamental para o avanço das lutas dos trabalhadores, acho justo que isso vire lei. Caso contrário, ficará só nas intenções, sem nenhum respaldo legal. Isso abriria campo para o patronato criar milhares de sindicatinhos por empresa sem nenhuma força. Não é para menos que há setores patronais defendendo abertamente o pluralismo sindical.

A gente observa hoje parlamentares da reação defendendo a própria Convenção 87. Lógico que os interesses são diferentes. Eu defendo a Convenção no sentido de construir uma estrutura sindical democrática que permita o fortalecimento dos sindicatos. Os patrões a defendem para enfraquecer o sindicalismo, pretendem pulverizar os sindicatos.

"A contribuição deve ser aprovada nas assembleias"

DS: E quanto à Contribuição Sindical, qual é sua opinião?

Paim: Eu sou contra e defendo sua extinção. Quem deve definir as formas de sustentação dos sindicatos são os próprios trabalhadores em assembleias soberanas. Eu inclusive defendo o desconto de um ou até dois dias de salário de cada trabalhador para manter o sindicato. Acho que todos devem pagar. Afinal, quando o sindicato conquista um bom acordo salarial este beneficia toda a categoria e não apenas os sindicalizados, os mais conscientes. Por isso, todos devem contribuir.

Agora, acho que isso deve ser aprovado nas assembleias sindicais.

Não deve ser imposto pela lei. Isso dependerá basicamente da atuação do sindicato. Se ele for respeitado na base, se for combativo, os próprios trabalhadores aprovarão nas assembleias o desconto obrigatório.

Também defendo que a extinção do Imposto seja imediata. Sei que isto pode acarretar a falência de milhares de sindicatos mais fracos. Mas acho que está na hora do sindicalismo procurar formas de auto-sustentação. O momento é de mudanças. Não dá para ficar esperando por medidas graduais.

DS: Qual sua posição sobre o direito de greve?

Paim: A nova Constituição deve assegurar o pleno direito de greve a todos os trabalhadores. Esta decisão da Constituinte deve ser auto-aplicável. Não deve haver nenhuma regulamentação posterior, sob o risco da lei ordinária negar o próprio princípio da liberdade de greve.



Mesmo para os chamados setores essenciais eu defendo o irrestrito direito de greve. Confio na seriedade e maturidade dos trabalhadores. Os grevistas sabem que precisam contar com o apoio da população, por isso sempre encontram formas de minimizar os prejuízos ao povo.

DS: E quanto aos direitos trabalhistas, o que você defende?

Paim: Em primeiro lugar, defendo a estabilidade no emprego. Também lutarei pela jornada de 40 horas semanais, como forma de ampliar o mercado de trabalho no país e possibilitar maior descanso aos empregados. Devemos seguir o exemplo dos países industrializados, onde a jornada de trabalho é menor. Lembro que só Singapura, Coréia do Sul e Costa Rica possuem jornadas semanais maiores do que a do Brasil.

"A redução da jornada para 40 horas semanais criaria novos empregos e daria mais descanso aos empregados. Só três países tem jornadas maiores do que a do Brasil"

Célio (PMDB): "Pela autonomia e unidade"

Célio de Castro tem 54 anos e foi eleito pelo PMDB de Minas Gerais com 35.856 votos. Atua há 12 anos no movimento sindical, sendo um dos sindicalistas mais respeitados do Estado. Exerceu duas vezes o mandato de presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte (1980-1986); coordenou dois Encontros das Classes Trabalhadoras de Minas (Enclats); e participou da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), em 1981, sendo o relator da Comissão de Assuntos Políticos.

Atualmente é vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos, estando licenciado para exercer o seu primeiro mandato parlamentar. Nas eleições de 15 de novembro contou com o apoio do PC do Brasil.

DS: O que você acha que deve mudar na estrutura sindical do país?

Célio: A que nós temos hoje foi herdada do corporativismo do Estado Novo. Seu objetivo é controlar, tutelar os sindicatos, que estão atrelados ao Ministério do Trabalho. Essa estrutura, que dura mais de 40 anos, criou uma série de vícios no sindicalismo, como o peleguismo e o assistencialismo - a despeito dos avanços que ocorreram nos últimos anos.

Entendo que a permanência dessa estrutura é prejudicial aos trabalhadores, seja em tempos de relativa democracia seja em tempos de ditadura. Sou da opinião que ela deve sofrer radical alteração. Entre as mudanças, proponho basicamente três. Primeiro a garantia de liberdade e autonomia sindical, com o fim de todo tipo de atrelamento ao Estado. Segundo a garantia da unidade sindical - unidade que deve se dar na prática, na luta, mas também de forma orgânica, através da unicidade sindical. Por último, permeando as outras duas, a democratização das entidades.

DS: Quando você fala em unicidade, defende uma lei para garanti-la?



Célio: Exatamente. Para mim a unicidade deve ser garantida em lei. Se você considera que o princípio da unidade é justo, que só ela garante o avanço das lutas dos trabalhadores, é preciso fornecer elementos legais para que isso se materialize. Nesse ponto não se pode vacilar. Defender a unidade, que é um anseio dos trabalhadores manifesto em todos os seus congressos e lutas, ~~ser-se~~ contra uma lei que a garanta é muito contraditório. É o mesmo que lutar pela jornada de 40 horas e ser contra uma legislação que a assegure. É cair no puro espontaneísmo.

Não podemos ter a ilusão de que a unidade vai se dar de forma natural. Evidente que as lutas dos explorados conduzem à união. Mas não se pode esquecer da interferência dos patrões, do governo, do imperialismo. A burguesia sempre trabalhou no sentido de dividir os sindicatos e só não alcançou êxitos maiores porque existe uma legislação que a coíbe. Ela sim é contra essa lei e não os trabalhadores.

Os que afirmam que uma lei desse tipo seria uma imposição contra os trabalhadores ou são ingênuos ou são maldosos. Os preceitos legais não invalidam em nada os nossos princípios; muitas vezes o reforçam. O ataque a qualquer tipo de lei é coisa de anarquismo e já devia ter sido superado pela história.

Célio: "Se você considera o princípio da unidade justo, é preciso fornecer elementos legais para garanti-lo. Caso contrário, é cair no puro espontaneísmo"

DS: Nesse rumo, como você analisa a Convenção 87 da OIT?

Célio: Eu vejo nela dois aspectos. Por um lado ela é positiva por que liberta os sindicatos da tutela do Estado. Mas, por outro, ela propicia implantar no país o plurisindicalismo. Não é por outra razão que a convenção vem sendo defendida por setores do patronato e do governo Sarney.

Como já disse, sou a favor da autonomia. Defendo que a Constituinte formule uma legislação que a garanta. Mas como a convenção, por determinação da OIT, tem que ser aprovada ou rejeitada em bloco, meu voto é contra ela. Acho que sua aplicação no Brasil traria enormes prejuízos aos trabalhadores, debilitaria o movimento sindical.

"Burguesia quer o fim do Imposto pra desarmar sindicato"

DS: Qual sua posição com relação a Contribuição Sindical?

Célio: - Minha posição é cautelosa. É evidente que os sindicatos precisam de dinheiro para sobreviver, para encaminhar as lutas da base. Ocorre que o Imposto Sindical, que é cobrado de todos os trabalhadores, sempre foi manipulado pelo governo.

Apesar disso, a princípio eu sou contrário à sua extinção. Acho que isso desarmaria os sindicatos, servindo hoje mais aos interesses da burguesia que está preocupada com os avanços do sindicalismo. Defendo a reformulação do Imposto para que ele seja controlado e usado pelos próprios trabalhadores. A reformulação poderia prever até seu fim gradual.

Não acho que o dinheiro em si corrompe o dirigente sindical. O problema são os mecanismos do seu uso. Quantas vezes no nosso sindicato nós usamos esse dinheiro nas greves e outras mobilizações da categoria, e nunca houve problemas. Não tenho uma visão moralista desta questão.

DS: E sobre o direito de greve, o que você defenderá na Constituinte?

Célio: Para mim, o que define a democracia num país capitalista é a sua lei de greve. Um governo que não consegue conviver com a greve não merece ser chamado de democrático. A greve é um direito essencial, ela é uma questão social e não policial. Nesse sentido, defenderei na Constituinte o mais irrestrito direito de greve.

É lógico que este direito também deve se estender às chamadas categorias essenciais, que hoje são proibidas de realizar greves. Quanto ao argumento dos setores reacionários de que uma paralisação nesses setores seria prejudicial à população, poderia resultar até em mortes, isso é uma grande hipocrisia. É o engodo de quem mata milhões de pessoas de fome.

Eu vivi na prática, como dirigente do Sindicato dos Médicos, várias



greves em hospitais. Nunca um paciente, morreu por falta de atendimento. A própria categoria cria mecanismo para evitar incidentes deste tipo, que só prejudicariam sua luta.

DS: E quanto aos novos direitos trabalhistas, o que você defende?

Célio: Minha maior preocupação é com relação ao direito de trabalho. Vejo esta questão de forma ampla, incluindo o problema de jornada de trabalho, da estabilidade, das condições de trabalho nas empresas, da segurança e da própria remuneração. Com relação a estas questões minhas propostas são as mesmas do movimento sindical. Além disso, vejo como uma questão de fundo a garantia da organização nos locais de trabalho.

"O que define a democracia num país capitalista é a sua lei de greve. O governo que não convive com a greve não pode ser chamado de democrático"

Juarez (PDT): "Banir a lei de greve"

Juarez Antunes, 52 anos, chega à Câmara Federal pela primeira vez. Foi eleito pelo PDT do Rio de Janeiro com 51.019 votos. A votação expressiva se deve a sua participação no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende, que preside desde 1983. Até o ano passado esteve ligado ao PT, mas se afastou por divergências com os grupos petistas que militavam na base sindical. Ele também é membro da Direção Nacional da CUT e em 1986 foi reeleito para presidência do sindicato.

DS: Como você analisa a atual estrutura sindical e que mudanças propõe?

Juarez: Eu sou taxativamente contra essa estrutura que está aí. O Getúlio Vargas a criou para conseguir sustentação entre os trabalhadores, para controlar os sindicatos e servir-se deles. Eu sou a favor da liberdade e autonomia sindical, sou pelo total desatrelamento dos sindicatos. O Estado não serve para arbitrar conflitos entre patrões e trabalhadores, já que ele defende o capital. Ele sempre foi juiz a favor da classe patronal e por isso reprime o sindicalismo. Defendo que os trabalhadores é que devem dirigir suas entidades sindicais. Por isso, apoio a Convenção 87 da OIT. No meu entender, ela garante a autonomia sindical, ela acaba de vez com o Imposto Sindical.

DS: Você é a favor da extinção imediata da Contribuição Sindical?

Juarez: Sim. Para mim o Imposto Sindical é um dos piores males do sindicalismo. Ele é o guarda-chuva do peleguismo. Ele é o responsável pelo enfraquecimento dos sindicatos, já que os pelegos não dependem dos trabalhadores para se manter no poder. Até acho que o fim imediato do Imposto pode gerar uma quebradeira de sindicatos, que, na maioria, são fracos. Mas acredito que isso acabaria esti-



mulando as diretorias sindicais a dinamizarem suas atividades, a irem para as bases.

Não sou intransigente nessa posição. Até admito que a extinção se dê de forma gradativa, mas por pouco tempo. Nesse curto espaço de tempo os sindicatos precisariam se fortalecer, aumentar a sua representatividade. Precisariam enfrentar o problema do assistencialismo, passando essa tarefa para o Estado, que é quem deve dar assistência ao povo.

Acho também que essa discussão é complexa. Eu tenho notado algumas novidades nos discursos dos conservadores, dos deputados de direita. Eles também tem defendido o fim do Imposto Sindical. A burguesia é muito viva. Quando ela está na eminência de perder os dedos, ela opta por entregar os anéis. Ele sentiu que o sindicalismo, apesar da estrutura atrelada, avançou. Agora defende o fim do

Juarez: "O Estado não serve para arbitrar os conflitos entre os patrões e os trabalhadores. Ele sempre foi juiz a favor do capital"

Imposto com o objetivo de enfraquecer, destruir os sindicatos.

"A unicidade deve ser garantida na nova legislação"

DS: Outra questão que deve ser polêmica na Constituinte é a da Convenção 87. Ela permite o pluralismo sindical. Você é a favor disso?

Juarez: - Eu acho que a Convenção 87 tem um lado positivo e outro negativo. Ele prevê a autonomia sindical, o fim do atrelamento ao Estado, a extinção do Imposto Sindical. Por outro lado, ela também dá brechas para o pluralismo sindical, para a divisão - e isso é uma verdade. Mas, apesar disso, eu ainda acho que ela tem mais aspectos positivos do que negativos. Acho que vale a pena correr o risco.

Entendo que os trabalhadores, nas suas lutas, devem procurar os caminhos mais convenientes para garantir a unidade. Acho até que a unicidade sindical deve ser garantida em lei. Isso daria mais segurança para os trabalhadores, dificultaria a ação divisionista dos patrões. Eu sou contra o pluralismo sindical, porque ele deixa os sindicatos sem força de pressão. E, no capitalismo, só a pressão resolve. A unidade sindical é a melhor forma de garantir a nossa força. Eu defendo isso com intransigência, inclusive na CUT onde há setores favoráveis ao pluralismo.

Também nessa questão a gente deve estar atento a posição dos conservadores, dos representantes do patronato na Constituinte. Eles têm usado um discurso democrático para justificar medidas opressivas. Muitos deles tem defendido o pluralismo sindical, a Convenção 87. Eles vêm a divisão como uma tábua de salvação para o capitalismo nesse momento de crise.

DS: E quanto à lei de greve. Qual é a sua posição?

Juarez: A legislação atual na realidade impede a greve. Ela tem que

ser banida. Entendo que o direito de greve deve ser amplo e quase irrestrito. Eu só não posso admitir a greve num pronto socorro que leve à morte de um ser humano.

DS: Que direitos trabalhistas você defenderá na Constituinte?

Juarez: Eu pretendo lutar por leis que garantam a tranquilidade dos aposentados, pensionistas e viúvas. Afinal, hoje existem mais de 10 milhões de aposentados no Brasil vivendo em total insegurança. Acho que a defesa desses companheiros, é um dever do Estado.

Outra questão importante é o da justiça trabalhista. Atualmente ela só prejudica o trabalhador, que fica



esperando quatro, cinco anos para conseguir seus direitos. É preciso reformular totalmente a justiça trabalhista, tornando-a mais ágil e democrática. Acho inclusive que poderíamos adotar um sistema de eleição dos juizes, acabando com essa vergonha do governo fazer indicações. Isso só corrompe o dirigente sindical.

Também defenderei a estabilidade no emprego, que é o sustentáculo da luta sindical. O trabalhador estável perde o medo e vai à luta.

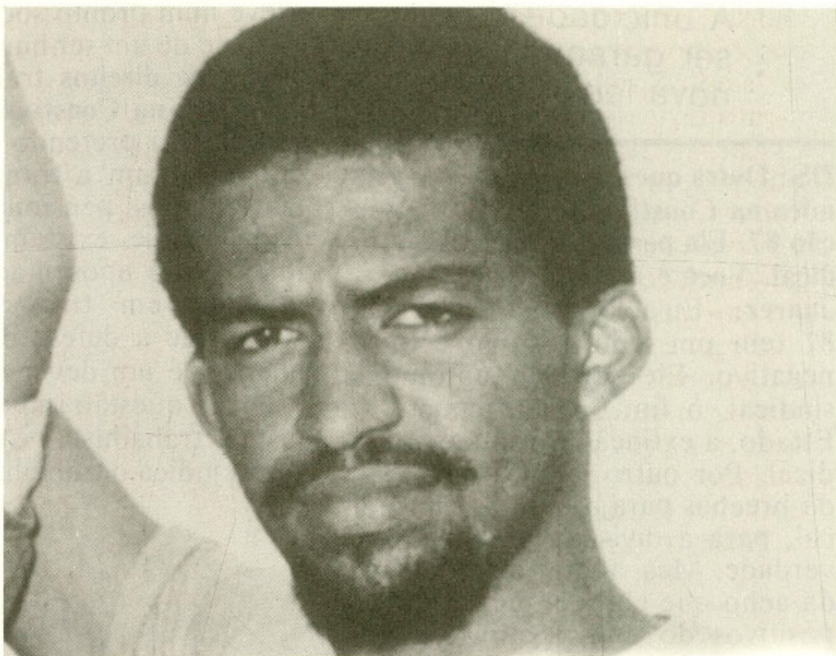
DS: E seu partido, o PDT, defende essas mesmas posições?

Juarez: O PDT nem sequer tem uma linha sindical. Desde a sua fundação, nós estamos órfãos. Cada um tem a sua opinião. Há até setores querendo fundar uma central sindical própria, pedetista, o que eu sou contra.

"É preciso fazer profunda mudança na justiça do trabalho. Ela deve ser mais ágil e mais democrática"

Edmilson (PC do B): "Organizar as fábricas"

Edmilson Valentim é um dos deputados mais jovens da Constituinte, com 23 anos. Foi eleito pelo PC do B no Rio de Janeiro com 43.730 votos. Atua desde 1981 no movimento operário e sindical, sendo um dos organizadores da Comissão de Fábrica da Sulzer - empresa multinacional com cerca de 500 metalúrgicos. Nunca exerceu mandato sindical, mas sempre participou das lutas na base metalúrgica do Rio de Janeiro - que conta com aproximadamente 180 mil operários. Como delegado eleito na fábrica, esteve presente no II Congresso dos Metalúrgicos, em 1985; também foi delegado no Congresso de fundação da CGT, em 1986.



DS: Qual sua opinião sobre a estrutura sindical em vigor e que mudanças você pretende defender na Constituinte?

Edmilson: A legislação sindical existente tem como característica básica o atrelamento dos sindicatos ao Estado. Este atrelamento tem objetivos políticos claros: o de conter o avanço do sindicalismo e das lutas dos trabalhadores; o de castigar a organização autônoma dos assalariados. No meu entender, devemos lutar por uma mudança radical dessa estrutura. Vamos brigar na Constituinte pela total liberdade dos sindicatos.

Também pretendemos defender a democratização dos sindicatos. Hoje a estrutura leva as entidades ao cupulismo, afasta-as da base. A nova legislação deve garantir a mais ampla democracia sindical. No meio dos trabalhadores existem várias idéias, propostas. Estas devem ter garantido o direito de se expressar. Só através da democracia sindical é que poderemos construir uma sólida unidade dos trabalhadores na luta.

Por último, acho que a nova Constituição deve fixar o princípio da unidade sindical. Nós aprendemos nas greves, nas lutas de nossa

classe, que a força dos trabalhadores reside na sua união. Como diz o ditado: Trabalhador unido jamais será vencido.

DS: Isto seria feito através de uma lei?

Edmilson: Se este princípio interessa aos trabalhadores, por que não lutar para vê-lo contemplado numa lei? Afinal, nós estamos aqui, como deputados comprometidos com a causa dos trabalhadores, para elaborar leis que sirvam para avanço das lutas de nossa classe.

Se conseguimos aprovar uma lei garantindo a unidade dos sindicatos isto representaria uma grande vitória. Ela expressaria o anseio e a longa tradição de luta dos trabalhadores brasileiros. Na minha opinião, esta será uma batalha difícil. Quem é contra uma lei desse tipo é a burguesia e ela tem a maioria dos parlamentares na Constituinte.

DS: E com relação ao Imposto Sindical, qual sua opinião?

Esmilson: Essa questão deve ser analisada com cuidado. O nosso parâmetro deve ser a realidade atual do sindicalismo. Eu não tenho dúvida que a introdução desse Imposto, na década de 40, tinha

Edmilson: "só com democracia sindical é que poderemos construir uma sólida unidade dos trabalhadores nas suas lutas do dia-a-dia".

como objetivo afastar o sindicato da base e descaracterizá-lo, transformando-o num órgão assistencialista. Acho que o Imposto é um dos responsáveis pela fragilidade do sindicalismo e pelo fortalecimento do peleguismo.

Apesar disso, não sou daqueles que propõe a extinção imediata do Imposto. Acho que o fim automático levaria a destruição de centenas de entidades e ao enfraquecimento de outras tantas. Não é para menos que essa é uma proposta de setores da burguesia. Quando o Imposto servia ao peleguismo não se ouvia uma voz pela sua extinção. Agora, quando em muitos sindicatos o dinheiro é usado para impulsionar as lutas, a burguesia pede seu fim.

No meu entender, devemos enfrentar essa questão com habilidade - da mesma maneira que a burguesia o faz. Não devemos nos prender à forma e esquecer o conteúdo. Para mim o que interessa é o fortalecimento do sindicalismo. Talvez esse dinheiro, sendo controlado e fiscalizado pelos trabalhadores em assembleias democráticas, sirva a esse objetivo.

“As comissões de fábrica resultam num grande avanço”

DS: Qual sua opinião sobre a Convenção 87?

Edmilson: Ela é uma faca de dois gumes. De um lado representa um avanço em termos da autonomia. Por outro, ela abre a perspectiva para liquidar a unidade. Sou de opinião que a gente deve aproveitar o que ela tem de bom e expurgar o artigo que dá brechas ao pluralismo. Aprovar a Convenção 87 seria ser cúmplice da divisão sindical no país.

DS: Quais suas propostas no que se refere à lei de greve?

Edmilson: A atual legislação é contra a greve. Ela impõe uma série de restrições a esse direito fundamental dos trabalhadores. Defendo o irrestrito direito de greve, inclusive para as categorias consi-

deradas essenciais pela legislação em vigor. Elas só são essenciais no momento que cruzam os braços. Essa definição não se aplica na hora de definir salários, condições de trabalho, etc. Por isso, todos os trabalhadores devem ter garantido o direito de desligar as máquinas quando não se sente devidamente remunerados.



DS: E quanto às novas leis trabalhistas?

Edmilson: O fundamental é garantir a estabilidade no emprego. O desemprego e a rotatividade dificultam a ação sindical. Outra questão é a redução da jornada de trabalho com um teto máximo de 40 horas semanais.

Além destas duas questões, também pretendo dar grande ênfase à luta pelo reconhecimento das comissões de empresa. Dentro da empresa capitalista impera a ditadura. A pequena democracia conquistada na sociedade ainda não atravessou os portões das fábricas. Nelas os patrões mandam e desmandam, têm seus próprios regulamentos e as prepotentes chefias.

Acho que a nova Constituição deve assegurar o direito dos trabalhadores se organizarem no interior das empresas. Através de organismos tipo Comissões de Fábrica, os assalariados terão maiores condições de lutar por seus direitos e, além disso, fortalecerão seus sindicatos como órgãos unificadores de toda a classe.

“Dentro da empresa capitalista impera a ditadura. A pequena democracia na sociedade não atravessou os portões das fábricas. É preciso assegurar o direito de organização nos locais de trabalho”

Zaneti (PMDB): "Desatrelar os sindicatos"

Hermes Zaneti, 43 anos, exerce o seu segundo mandato como deputado federal. Foi eleito pelo PMDB do Rio Grande do Sul com 45.701 votos. Há 15 anos milita no movimento sindical. Foi presidente do CPERS (Centro do Professorado do Rio Grande do Sul) por duas vezes; presidiu em duas gestões a CPB (Confederação dos Professores do Brasil), encerrando seu mandato em 1985. Posteriormente foi secretário de relações internacionais da CPB e também foi membro do Comitê Executivo da Confederação Mundial dos Organismos de Professores do Ensino.

DS: Que mudanças o senhor propõe na atual legislação sindical?

Zaneti: O primeiro e fundamental é o desatrelamento do Ministério do Trabalho. É garantir aos sindicatos o direito de viver em liberdade. Isso pressupõe o fim das intervenções, cassações e de todos os mecanismos de controle do sindicalismo. Em síntese, defendo a tese da autonomia e liberdade sindical. Mas discordo da proposta de que a nova Constituição deve ser rigidamente sintética. Acho que ela deve ter um mínimo de detalhamento exatamente para garantir a sua aplicação plena.

Para formular estas propostas mais detalhadas, os sindicalistas constituintes têm se articulado com as centrais sindicais, confederações de trabalhadores e o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). No meu caso, pretendo defender o que seja consenso nesta articulação, mesmo que isso se contraponha aos meus pontos de vista.

DS: Mas o senhor tem uma opinião formulada sobre o Imposto Sindical?

Zaneti: Ressalvado o que eu disse anteriormente, defendo que o Imposto Sindical deve ser extinto. Isto por achar que ele é uma das formas de ingerência do Estado no movimento sindical. O Imposto tem contribuído para que o sindicato



FOTO: MIRIAM FICHTNER

to seja comandado por um número inexpressivo de pessoas que maneja verbas expressivas.

Agora, acho que a extinção não deve ser imediata. Desta forma, você mataria centenas e milhares de sindicatos que são fracos, não possuem estrutura. Defendo uma extinção gradativa, que vai se operando inclusive na medida que os sindicatos vão se fortalecendo. Garantida a liberdade e autonomia sindical, as entidades têm condições de crescerem, de ampliarem a participação das bases. Desta forma, elas podem se auto-sustentar.

Alerto para o fato de que a extinção imediata do Imposto está se tornando uma bandeira do patronato. Antes ele servia para descaracterizar os sindicatos, para transformá-los em hospitais. Agora ele está sendo usado para o próprio fortalecimento do sindicalismo, contribuindo na infra-estrutura para

Zaneti: "Acho que a extinção do Imposto Sindical deve ser gradual. Se for imediata você mataria os sindicatos mais fracos, o que é uma bandeira do patronato"

mobilização. Daí os patrões serem a favor da sua extinção imediata. Eles sabem que isso destruirá e dificultará a ação sindical.

DS: E quanto à polêmica pluralismo versus unicidade sindical...

Zaneti: Esta é uma questão complexa. Imagino até que dificilmente chegaremos a um consenso na articulação. Eu sou a favor da Convenção 87 da OIT, de forma que caminho no sentido do pluralismo sindical. Acho que a unicidade feita a martelo não dá. Discordo da imposição da lei.

Isso não quer dizer que eu seja favorável ao pluralismo, à divisão sindical. Ao contrário. Defendo a unidade, mas acho que deve ser garantida a liberdade do pluralismo. Penso que os trabalhadores construirão a unidade na luta, a partir de sua própria experiência. Acredito que com o tempo nós vamos evoluir nesse sentido. Penso inclusive que CUT, CGT e USI são expressões temporárias de divergências. Os interesses dos trabalhadores são comuns e levarão a centrais à união.

"O sindicalista
que não avançar
será atropelado"

DS: Mas e o perigo do patronato jogar na pulverização dos sindicatos?

Zaneti: Realmente esse risco existe. E é isso que me deixa mais confuso. Eu sei que os patrões temem a unidade. Eles sabem que a unidade é que garante a força dos sindicatos e que possibilita o avanço dos trabalhadores. Tanto que eles sempre atuaram no sentido de fragmentar as entidades sindicais, de estimular as divergências no meio sindical.

Mas, apesar disso, acho que é um risco que devemos correr. A unidade na lei não garante que o sindicato esteja realmente engajado nas lutas. Não adianta ter garantida a unidade na lei se os sindicatos estão na inércia. Acredito que com a aplicação da Convenção 87 o movi-

mento sindical vai ter que trotar. O sindicalismo que não avançar ligeiro vai ser atropelado. Novos sindicatos surgirão... Mas temos que estar atentos às investidas do patronato. Não podemos aceitar a pulverização.

DS: E quanto ao direito de greve, qual é a sua opinião?

Zaneti: A atual não é lei de greve, mas sim lei antigreve. É preciso fazer uma reformulação profunda. Penso que deve existir o direito irrestrito de greve. Agora, acho que devemos aperfeiçoar os instrumentos de negociação, do chamado arbitramento. Temos que encontrar mecanismos de equação dos conflitos trabalhistas, senão a vida fica paralisada.



Quando aos setores chamados essenciais, acho que a proibição da greve representa um esmagamento desses trabalhadores. Nesses setores é ainda mais necessário o mecanismo de arbitramento.

DS: E quanto à nova legislação trabalhista, quais as suas propostas?

Zaneti: É fundamental garantir na nova Constituição a estabilidade no emprego. Isto porque não adianta falar em direito de greve se o trabalhador não tiver estabilidade. Outro ponto é a questão do salário, particularmente do salário mínimo. Acho que ele deve continuar previsto na Constituição, mas é preciso explicitá-lo para garantir sua aplicação. Hoje ele existe na lei, mas não na realidade.

"Penso que o direito de greve deve ser total. Mas é preciso aperfeiçoar os instrumentos de negociação ou a vida do país fica paralisada"

Sólon (PTB): "Eu defendo o pluralismo"

Sólon Borges dos Reis é o mais antigo sindicalista no Congresso Nacional. Com 69 anos de idade, participa do movimento sindical há 42 anos. Há 25 anos preside o CPP (Centro do Professorado Paulista). Exerce o seu segundo mandato como deputado federal e já foi cinco vezes deputado estadual. Antes do golpe militar de 64 era parlamentar do PDC; depois migrou para a Arena; com a reformulação partidária, entrou no PTB. Foi eleito pelo PTB paulista com 28.579 votos.

DS: Quais as alterações que o senhor defende na legislação sindical?

Sólon: A legislação em vigor tem muitas sequelas do regime de controle estatal, do corporativismo. Existe uma série de restrições à ação sindical. Os funcionários públicos, por exemplo, não têm direito de sindicalizar-se. A principal limitação, no meu entender, é esta vinculação dos sindicatos com o Ministério do Trabalho, que não chega a ser um vínculo de total dependência, mas dificulta a atuação dos sindicatos.

Eu acho que o sindicalismo, na prática, já promoveu mudanças na estrutura sindical. Mas acredito que ainda são necessárias algumas outras alterações. Eu defendo a autonomia dos sindicatos. Acho que o sindicato deve ser o mais livre possível.

DS: O senhor é a favor da unicidade ou pluralidade sindical?

Sólon: Eu defendo a pluralidade. Acho que é mais democrático. Atualmente os sindicatos ficam muito vulneráveis às pressões e controle de partidos políticos, de grupos. Com a pluralidade o sindicato ficaria mais isento. Ele deixaria de ser único. Nesse sentido, acredito que a Convenção 87 da OIT venha em abono da minha tese. Ela prevê o pluralismo sindical e bate com o meu ponto de vista.

Eu não vejo indícios de progressos revolucionários na Constituinte.



Pela sua própria composição, não acredito em grandes mudanças. Mas, pelo que já pude notar, acredito que as propostas de autonomia e pluralidade serão aprovadas. Há muitos setores favoráveis, inclusive os patronais.

DS: E com relação ao direito de greve, qual a sua posição?

Sólon: Eu sou favorável ao direito de greve. Tenho minhas divergências quanto às formas de sua decretação. Muitas delas são decretadas à revelia das categorias. Em 1985, por exemplo, houve uma paralisação no magistério paulista que nós não apoiamos. Fomos até chamados de fura-greves. Mas não entramos porque discordamos da forma como foi decretada.

Sólon: "Com a pluralidade o sindicato fica mais isento às pressões dos partidos e grupos políticos. A Convenção 87 abona essa tese"

Os 20 sindicalistas constituintes

Segundo levantamento do CES, 20 sindicalistas foram eleitos para a Constituinte. Nesta lista estão alguns parlamentares que há algum tempo se afastaram da vida sindical, mas que ganharam projeção política exatamente devido à sua militância nesse meio. Além desses 20, também incluímos três deputados eleitos com o apoio oficial da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), cujos nomes foram indicados em encontros e reuniões do sindicalismo rural nos Estados.

1 - Gumerindo de Souza Milhomen (PT/SP) - 20.066 votos; presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) há três gestões (81-87). Exerce o primeiro mandato no Congresso.

2 - José Mendes Botelho (PTB/SP) - 38.223 votos; presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo desde 1977. Deputado reeleito.

3 - Luis Inácio Lula da Silva (PT/SP) - 651.762 votos; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema de 1975 a 1980, quando foi cassado pelo regime militar. Membro da atual diretoria da entidade. Exerce seu primeiro mandato como parlamentar.

4 - Luis Gushiken (PT/SP) - 50.580 votos; presidente licenciado do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Exerce o primeiro mandato no Congresso.

5 - Sólton Borges dos Reis (PTB/SP) - 28.579 votos; presidente do CPP.

6 - Carlos Alberto Caó de Oliveira dos Santos (PDT/RJ) - 27.942 votos; presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro de 78 a 82.

7 - Edmilson José Valentim dos Santos (PC do B/RJ) - 43.730 votos; ativista sindical da base metalúrgica do Rio de Janeiro.

8 - José Juarez Antunes (PDT/RJ) - 51.019 votos; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende.

9 - Célio de Castro (PMDB/MG) - 35.856 votos; presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte de 80 a 86.

10 - João Paulo Pires de Vasconcelos (PT/MG) - 38.573 votos; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade de 72 a 78. Atualmente secretário-geral da entidade. Exerce primeiro mandato no Congresso.

11 - Paulo Gabriel Godinho Delgado (PT/MG) - 44.699 votos; presidente da União dos Trabalhadores do Ensino em

Juiz de Fora. Exerce o primeiro mandato como parlamentar.

12 - Virgílio Guimarães de Paula (PT/MG) - 40.179 votos; presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais de 83 a 86. Eleito pela primeira vez para Câmara Federal.

13 - Hermes Zaneti (PMDB/RS) - 45.701 votos; ex-presidente da CPB.

14 - Olívio Dutra (PT/RS) - 54.467 votos; presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre de 75 a 79. Atualmente é diretor da entidade. Eleito deputado federal pela primeira vez.

15 - Paulo Renato Paim (PT/RS) - 49.954 votos; presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

16 - Vitor Bualz (PT/ES) - 79.054 votos; presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo de 79 a 81 e vice-presidente da Associação Nacional dos Médicos de 81 a 84. Exerce seu primeiro mandato no Congresso.

17 - Augusto Carvalho (PCB/DF) - 39.783 votos; presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal de 80 a 86. Eleito pela primeira vez para a Câmara Federal.

18 - Mário Soares Lima (PMDB/BA) - 41.847 votos; presidente do Sindicato dos Petroleiros da Bahia de 80 a 86. Deputado federal cassado em 64, retorna ao Congresso no seu terceiro mandato.

19 - Manoel Gabriel Siqueira (PMDB/PA) - 24.469 votos; presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará.

20 - José Cardoso Dutra (PMDB/AM) - 25.565 votos; ex-dirigente do Sindicato dos Bancários do Amazonas. Deputado estadual por duas vezes, chega agora à Câmara Federal.

APOIO DA CONTAG

1 - Aldo Arantes (PC do B/GO) - mais de 30 mil votos; participante ativo das lutas dos bóias-frias do Sul de Goiás e dos posseiros da região do Bico do Papagaio. Seu nome foi indicado num encontro com 4 mil trabalhadores rurais, promovido pela Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás).

2 - Vicente Bogo (PMDB/RS) - 30.203 votos; assessor de diversos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. Participa do Movimento dos Sem-Terra no Estado.

3 - Uldorico Alves Pinto (PMDB/BA) - 42.402 votos; contribuiu para organização do sindicalismo rural no Sul da Bahia. Trabalhou no Incra.

A rica experiência de 1946

A questão dos direitos dos trabalhadores sempre causou controvérsia nos parlamentos - e nas constituintes - em nosso país. Os políticos da burguesia falam em democracia, juram em seu nome, mas quando chega a hora de transformar suas palavras em fatos, surgem justificativas de todo tipo para impedir ou limitar a extensão dos direitos democráticos à maioria do povo trabalhador.

O comportamento desse tipo de político na Constituinte de 1946, ilustra essa distância entre intenção e gesto. Aquela assembléia instalou-se e funcionou numa conjuntura onde a luta dos trabalhadores era intensa, marcada por greves em todo o país, fortemente reprimidas pela polícia.

Nesse quadro, a discussão do direito de greve teve início a partir de um pedido do Partido Comunista para que o presidente da República, general Dutra, informasse à Assembléia Constituinte uma coisa simples: se o direito de greve era ou não reconhecido enquanto se elaborava a nova Carta.

Greve castrada

O pedido proposto pelo PC foi aprovado em 11 de fevereiro; em 15 de março, um mês depois, o presidente respondia, indiretamente, editando o decreto-lei 9070, baseado na constituição fascista de 1937, que formalmente reconhecia a greve mas colocava obstáculos ao seu exercício.

O decreto de Dutra antecipava-se à Constituição, regulamentando um direito que ela sequer havia assegurado, criando uma situação de fato para influir no debate constitucional. Esse debate, que travou-se nos meses seguintes, girou em torno de quatro posições principais: a) o PC, alguns representantes da UDN e o PTB, queriam que a lei simplesmente reconhecesse o direito de greve; b) a Esquerda Democrática e setores da UDN queriam que o direito de greve fosse reconhecido, sendo o regulamentado pela legislação ordinária; c) o PR e a UDN de São Paulo reconheciam o direito de greve, com exceção dos serviços públicos e desde que não prejudicasse o bem público; finalmente: d) o PSD queria reconhecer o direito de greve, desde que não prejudicasse o "bem público" e para forçar os patrões a cumprir as determinações da Justiça do Trabalho (1).

A Constituinte acabou consagrando a fórmula (b), da Esquerda Democrática e de setores da UDN, permitindo assim a sobrevivência do decreto 9070 - já que a lei comum devia regulamentar a greve.

Tutela mantida

Outra questão debatida em 1946 foi a autonomia sindical. O projeto provisório da constituição dizia que "a associação profissional ou sindical é livre, regulando a lei a forma de constituição, a representação legal dos contratos coletivos de trabalho e o exercício das funções delegadas pelo poder público", uma formulação claramente restritiva da autonomia sindical. Contra ela, o PC propunha que a Constituição dissesse simplesmente "a associação profissional ou sindical é livre".

Do debate da questão, vale a pena ressaltar algumas posições. Guaraci Silveira, do PTB, dizia que a luta de classes "constitui sempre um perigo para a nação", justificando a idéia de subordinação dos sindicatos ao Estado. Além disso, considerava, "a classe trabalhadora precisa do amparo do governo. Ela sozinha não pode reagir contra o capitalismo". Outro parlamentar, Eduardo Duvivier, do PSD, queria que a Constituição assegurasse a pluralidade sindical: a unidade seria desaconselhável, dizia, "num país extenso, como o nosso, onde as condições de vida e de trabalho nada tem em comum entre as suas diversas regiões".

Essas posições ilustram aquelas que pretendiam perpetuar a subordinação sindical ao Estado e impedir a unificação nacional da luta dos trabalhadores. O texto finalmente aprovado foi o do projeto provisório, com pequenas modificações, e a lei consagrou a unicidade sindical. Uma situação ambígua, portanto, onde a lei garantia um ganho para os trabalhadores e, ao mesmo tempo, perpetuava as condições que permitiam, ao atrelar os sindicatos à máquina estatal, a sobrevivência de uma burocracia sindical onde os pelegos tinham papel central.

A solução que a Constituinte de 1946 deu ao direito da greve e à questão da autonomia sindical tinha um sentido preciso: a Constituição garantia formalmente direitos democráticos, e dizia que eles seriam regulados pela lei comum. Esta, por sua vez, levantava obstáculos tão grandes ao exercício do direito constitucional que, praticamente, o eliminava. (JCR).

(1) As informações desta matéria foram retiradas do livro "Os democratas autoritários", de João Almino.



Dívida externa: quem é que paga esta conta?

**Agenor da Silva e
Umberto Martins ***

A decisão do governo, de interromper parcialmente o pagamento da dívida externa por período indeterminado, deixou patente que o endividamento traz graves transtornos econômicos e sociais ao país. Impõe pesados sacrifícios à nação e, em especial, aos trabalhadores. Por isto, a discussão do problema é de fundamental importância para o movimento sindical. Afinal, quem é mesmo que paga a conta?

* Agenor da Silva, economista, presidente do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (CEPS) Umberto Martins, membro do Grupo de Estudo de Economia do CEPS e jornalista da *Tribuna Operária*.



Quando negociava o “pacto social”, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, afirmou aos representantes dos trabalhadores que a dívida externa não era tema para constar da pauta de discussão entre governo e movimento sindical. “Isto é um problema para ser resolvido com os banqueiros”, argumentou.

Aparentemente não existem maiores relações entre a transferência de riquezas ao exterior que nosso país é forçado a realizar para pagar juros aos banqueiros estrangeiros e a exploração de que os operários são vítimas dentro das fábricas.

Se assim fosse, o argumento do senhor Pazzianotto possivelmente poderia ser incluído no rol dos sensatos. Porém, a realidade não é bem essa. Ao analisar este problema, os trabalhadores devem se indagar, antes de tudo, sobre a origem da riqueza que é apropriada pelo capital financeiro internacional na forma de juros.

É o trabalho dos operários que cria as riquezas

Na verdade, a riqueza é gerada no sistema capitalista pelo trabalho produtivo dos assalariados e se distribui fundamentalmente entre o que podemos considerar duas partes distintas e contraditórias: lucros e salários.

O lucro provém da relação de exploração capital e trabalho. Possuidor dos meios de produção, o capitalista emprega o operário e a ele paga somente uma parte da riqueza que cria com o trabalho. Ou seja, o salário tem valor equivalente às mercadorias produzidas pelos trabalhadores em apenas uma parte da jornada; a outra parte (que é trabalho não pago) constitui a **mais-valia**, que se transforma em lucro no processo de circulação do capital (esta questão foi abordada na “Debate Sindical” nº 2 no artigo intitulado “Como o capitalista enriquece”).

O lucro ou a **mais-valia** é a mola mestra do capitalismo. Cada empresário em particular, e de todos em seu conjunto, buscam alcançar o máximo de lucros. É com o rendimento acumulado por meio do trabalho não pago que o capital se reproduz. O capitalista reaplica parte do lucro para ampliar (ou expandir) os meios de produção (implantando novas fábricas, adquirindo outras máquinas) e contratar mais operários - processo que a economia política deno-

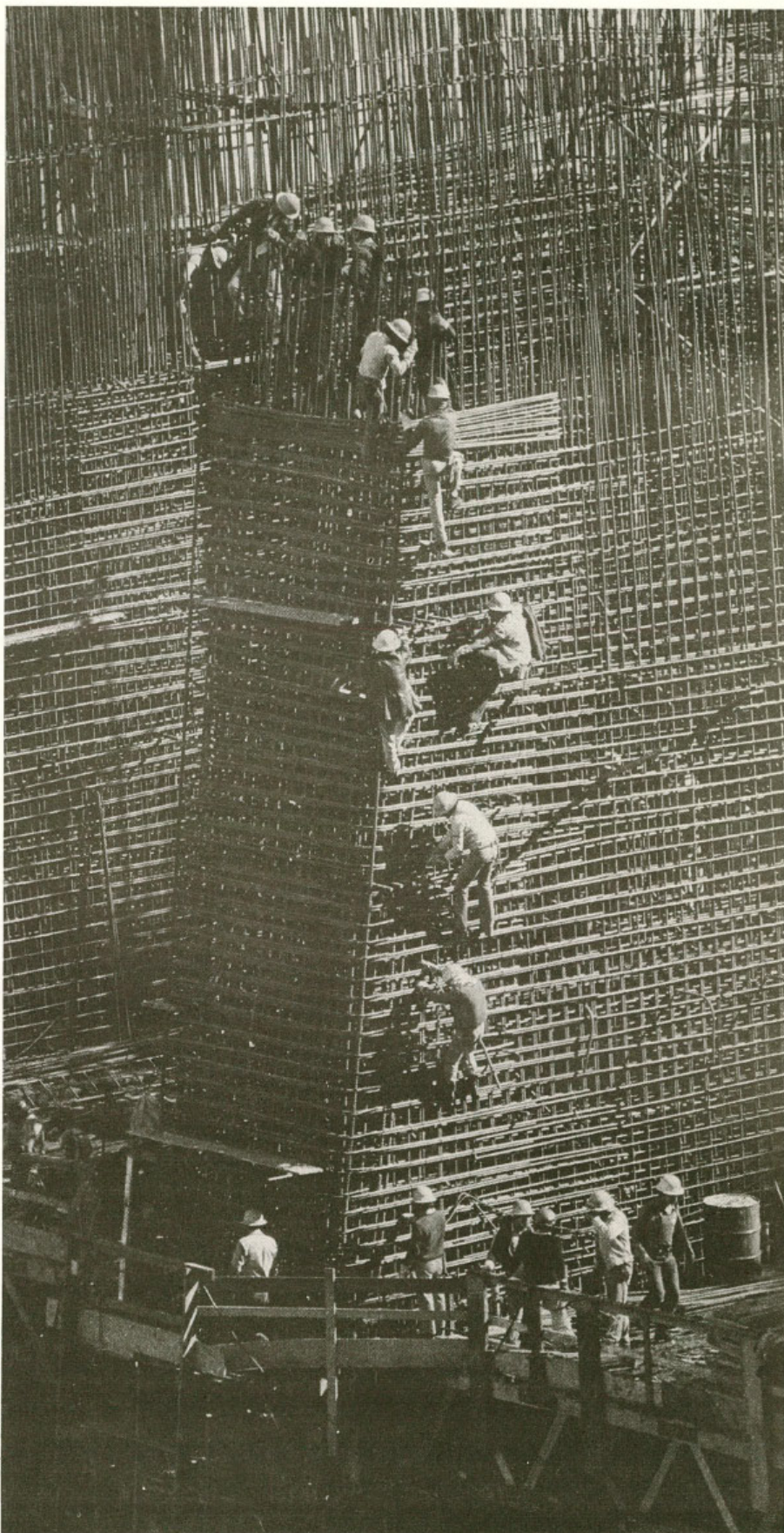


FOTO: PEDRO MARTINELLI

Para pagar a dívida, a burguesia submete os operários à superexploração



Greve do dia 12 de dezembro. Os trabalhadores não estão de acordo com o pagamento da dívida externa.

Unificar o movimento sindical

Não é difícil constatar que a dívida externa brasileira é um grande problema econômico, político e social. Contudo, as posições divergem quando se trata de indicar os meios para solucioná-lo. Comentaremos algumas das propostas correntes na sociedade.

OS CREDORES: É óbvio que os credores advogam, e sobretudo exigem, que a dívida seja paga integralmente. Propõem, por isto, que o país ajuste sua economia para esta finalidade, o que significa, antes de tudo, realizar um grande esforço de exportação, gerar enormes superávits comerciais e, assim, obter divisas e pagar. Esse tipo de ajuste implicou em recessão no passado recente (1981-84) e com toda certeza não pode ser feito sem o sacrifício do crescimento nas atuais condições. Internamente, é também defendido pelas forças mais reacionárias, de que são expressão o ex-ministro Delfim Netto, o senador Roberto Campos (PDS-MT) e o jornal "O Estado de São Paulo", entre outros.

GOVERNO - O governo Sarney também entende que a dívida deve ser paga. Porém, quer negociar as condições em que isto será feito. Pretende reduzir, a curto e médio prazo, o envio líquido de recursos ao exterior a um montante próximo de 8 bilhões de dólares (em 1984 e 1985 o país transferiu aos capitalistas estran-

geiros cerca de 13 bilhões de dólares por ano). O restante seria coberto basicamente com refinanciamento ou novos empréstimos ("dinheiro novo"). A principal consequência desta proposta é o crescimento do total da dívida e, mais à frente, do volume de juros que terá de ser enviado aos banqueiros.

É possível lutar em torno de uma única proposta

MOVIMENTO POPULAR - No movimento sindical e popular também não há, até o momento, identidade de opinião sobre como solucionar o problema da dívida. Destacam-se duas diferentes visões (existem outras, que têm, contudo, pouca ou quase nenhuma expressão): a da CUT, que reivindica simplesmente o não pagamento; a da CGT, que defende a suspensão do pagamento da dívida até que a nação esclarecida sobre a origem dos débitos, tome uma posição definitiva a respeito.

Exigir o não pagamento é, sob o ponto de vista dos princípios, plenamente correto. Com efeito, as contas do país indicam que a dívida já foi paga; há indícios de que os empréstimos foram contraídos muitas vezes de forma irregular e ilegal, envolven-

do corrupção de figuras como o ex-ministro Delfim Netto. E, em poucas palavras, a dívida expressa a espoliação do proletariado e do país pelos grandes monopólios estrangeiros. Não merece, portanto, ser paga.

Entretanto, não se conduz uma luta consequente contra o imperialismo tão somente proclamando princípios. A vitória da batalha para que a dívida não seja paga pressupõe, em primeiro lugar, o esclarecimento, a mobilização e o engajamento de milhões de brasileiros. Requer, consequentemente, a mais ampla união das forças interessadas numa solução patriótica e soberana para o problema.

Na atual conjuntura, a proposta que mais une, mobiliza e esclarece é a da suspensão do pagamento da dívida, acompanhada de uma rigorosa auditoria dos empréstimos a fim de que todo o povo possa decidir em definitivo sobre o que fazer a respeito. Aliás, nada mais democrático e sensato do que permitir à nação um pronunciamento desta natureza.

Não existe nenhuma contradição insuperável entre as duas propostas. A divergência relaciona-se basicamente com questões relacionadas, a procedimento tático. Setores da CUT, e hoje a direção nacional da PT, já posicionam-se pela suspensão do pagamento. É de se esperar que o movimento popular e sindical venha a caminhar unido nesta luta.

mina de "reprodução ampliada do capital".

A **mais-valia** é extraída exclusivamente do operário que realiza trabalho produtivo, basicamente na indústria e agricultura. Contudo, o capital é também aplicado em atividades não produtivas e aí igualmente rende lucro. Por isto, no processo de circulação do capital, o lucro se subdivide em lucro do capital industrial, lucro do capital comercial, aluguéis, impostos e juros - que são a parcela destinada aos banqueiros.

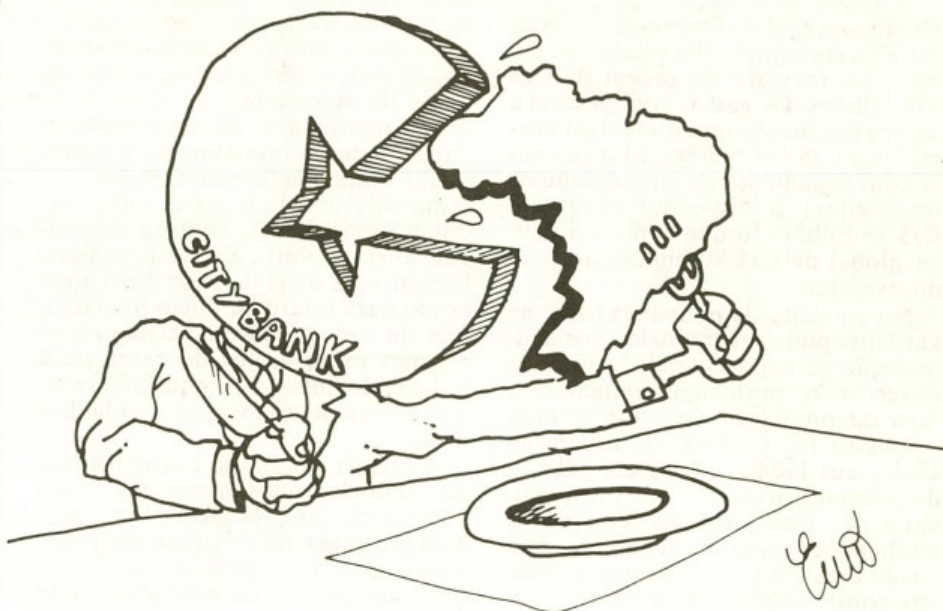
Os juros se constituem, portanto, de uma quantidade determinada de trabalho não pago (**mais-valia** ou lucro) arrancada pelos capitalistas dos operários durante o processo de produção. No caso da dívida externa há uma particularidade: os rendimentos têm de ser enviados ao exterior e é lá que se decide a sorte dos lucros acumulados, ou seja, a forma, o lugar, a ocasião, etc, em que serão reinvestidos.

O pagamento dos juros aos bancos internacionais implica, consequentemente, na transferência de uma parcela dos lucros gerados internamente para o exterior, parcela que é subtraída da **mais-valia** destinada à acumulação para a "reprodução ampliada" do capitalismo local.

Débitos de 5,3 bilhões em 1970; de 108 bi hoje

A presença do capital financeiro internacional no Brasil agigantou-se nos últimos anos - fenômeno que pode ser atribuído, de um lado, à política entreguista do regime militar, que resultou num endividamento sem medidas; e de outro, à subida vertiginosa das taxas de juros internacionais. Isto fica evidente quando se observa a evolução da dívida externa, que pulou de 5,3 bilhões de dólares em 1970 para cerca de 108 bilhões de dólares no final do ano passado. O Brasil envia atualmente ao exterior mais de 1 bilhão de dólares por mês, somando um valor anual mais de duas vezes superior ao total da dívida registrada em 1970.

O crescimento da dívida externa e de seus encargos no país significou precisamente um aumento da participação do capital estrangeiro nos lucros gerados durante o processo produtivo. É fácil deduzir que a um aumento da parte do lucro global que deve ser convertido em juros corres-



ponderá um declínio proporcional da participação relativa e absoluta dos outros segmentos do capital, **desde que o bolo permaneça do mesmo tamanho.**

Há, porém, uma alternativa: a de que o bolo (ou o lucro global) aumente de forma que mesmo ocorrendo uma queda da participação percentual dos outros setores, a quantidade absoluta de lucros que eles abocanham continue a mesma ou sofra um declínio menor.

O que é preciso para aumentar o lucro? Como vimos, o produto na sociedade capitalista se reparte entre salários e lucros, que expressam, respectivamente, a parte paga e não paga do trabalho realizado pelos operários. A relação entre essas duas partes em que se distribuem as riquezas produzidas na sociedade capitalista expressa a taxa de exploração dos trabalhadores. Esta é maior ou menor segundo a proporção do trabalho não pago (lucros) sobre o trabalho pago (salários). E pode ser alterada por vários meios, mas para as finalidades deste artigo importa assinalar um desses meios: a redução absoluta dos salários reais para extrair uma massa maior de **mais-valia**.

Veremos (pois há fartos indicadores a respeito) que o pagamento da dívida externa brasileira acarretou, em primeiro lugar, uma redução da participação de outros setores do capital no lucro global, no caso em detrimento da **mais-valia** reinvestida internamente, já que os recursos subtraídos do bolo são enviados ao exterior. Mas que também foi seguido

por um crescimento do lucro global, obtido através do aumento da taxa de exploração dos trabalhadores por via do arrocho salarial.

Arrocho salarial e recessão para pagar os juros

Para visualizar melhor o primeiro fenômeno, é bom observar a evolução da taxa de Formação de Capital Fixo no país. Trata-se de um indicador levantado pela Fundação Getúlio Vargas, que mede aproximadamente as aplicações em bens de capital e reflete, por isto, as inversões realizadas na manutenção e ampliação da capacidade produtiva. Em 1977, a Formação Bruta de Capital Fixo equivalia a 25,9% do Produto Interno Bruto (PIB); em 1985, o percentual caiu para 15,9%. Conforme informações do Ministério da Fazenda, o pagamento dos juros acarreta uma evasão de aproximadamente 30% na poupança gerada internamente.

Esta queda dos lucros disponíveis para reinversão interna é, porém, mais grave do que pode parecer à primeira vista. Isto porque, ao longo dos últimos anos, registrou-se um fenômeno (em grande medida forçado e artificial) de estatização da dívida, de forma que, hoje, cerca de 83% dos débitos contraídos no exterior são de responsabilidade do setor público. Com isto, o maior peso do pagamento recai sobre as estatais.

Segundo informações da Secretaria Especial das Empresas Estatais (SEST), o conjunto das estatais gerou em 1986 recursos da ordem de Cz\$ 439 bilhões. Os gastos com pessoal e outros (incluindo investimentos) chegaram a Cz\$ 441 bilhões. Mas somente com pagamento de juros (despesas financeiras) o dispêndio chegou a Cz\$ 78 bilhões, o que explica o déficit global de Cz\$ 80 bilhões ao final do exercício.

No conceito de poupança (que, na verdade, pode ser traduzido por acumulação de capital) também se pode observar o problema: enquanto a taxa de poupança do setor privado brasileiro foi positiva, da ordem de 17,4% em 1984 e 17,3% em 1985, a das estatais foi de -1 e -3,6% respectivamente. Esta situação tem graves implicações para a economia e a nação brasileira, uma vez que as estatais constituem a única base para o

desenvolvimento independente do país e um anteparo à penetração a cada dia maior do capital estrangeiro, ou seja, à desnacionalização crescente da economia.

A consequência da diminuição da capacidade de investimento e reprodução ampliada (crescimento) do sistema internamente recai sobretudo em setores chaves, como a siderurgia, energia elétrica, etc. É possível formar uma idéia do peso disto atendo para o fato de que a implantação de um complexo petroquímico no país exige gastos de cerca de 2 bilhões de dólares - o equivalente ao que é enviado ao exterior a cada dois meses.

A grande burguesia brasileira reagiu ao declínio dos lucros destinados à expansão do capitalismo local procurando jogar todo o peso do pagamento sobre os ombros dos assalariados. Isto é, tratou de aumentar o bolo

(o lucro global) através de uma agressiva política de arrocho salarial, que prevalece até hoje.

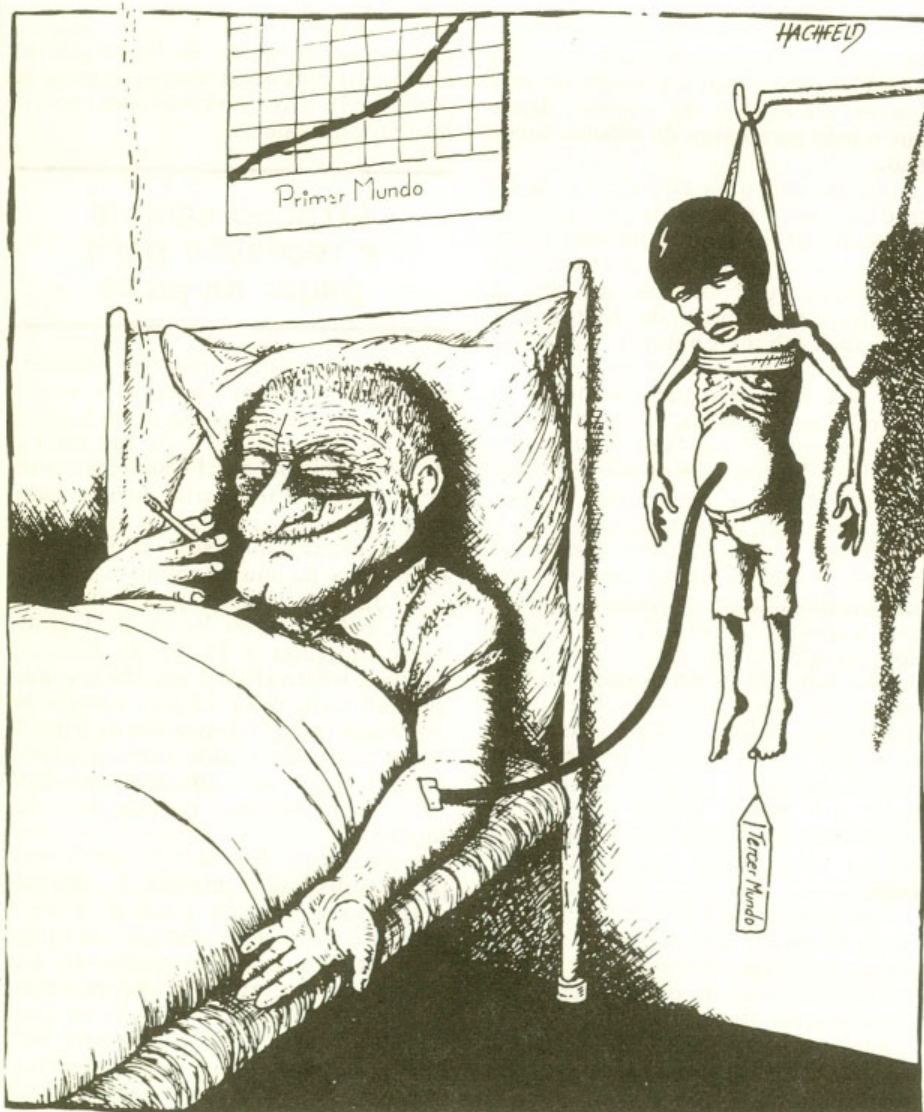
Preço da força de trabalho vem caindo ano a ano

A pressão feita pelos capitalistas nos últimos anos para rebaixar salários é por demais conhecida pelos trabalhadores. São muitos também os indicadores de que, com efeito, ocorreu uma sensível diminuição da remuneração real dos operários. Citaremos um, particularmente interessante, que é chamado "custo Unitário da Força de Trabalho" (calculado pelo IBGE dividindo a massa salarial pelo valor da produção na indústria de transformação). Fixando a relação do custo unitário da força de trabalho entre Brasil e Estados Unidos numa base 100 para 1977, ver-se-á que ela vem caindo progressivamente, situando-se em 1986 por volta de 63.

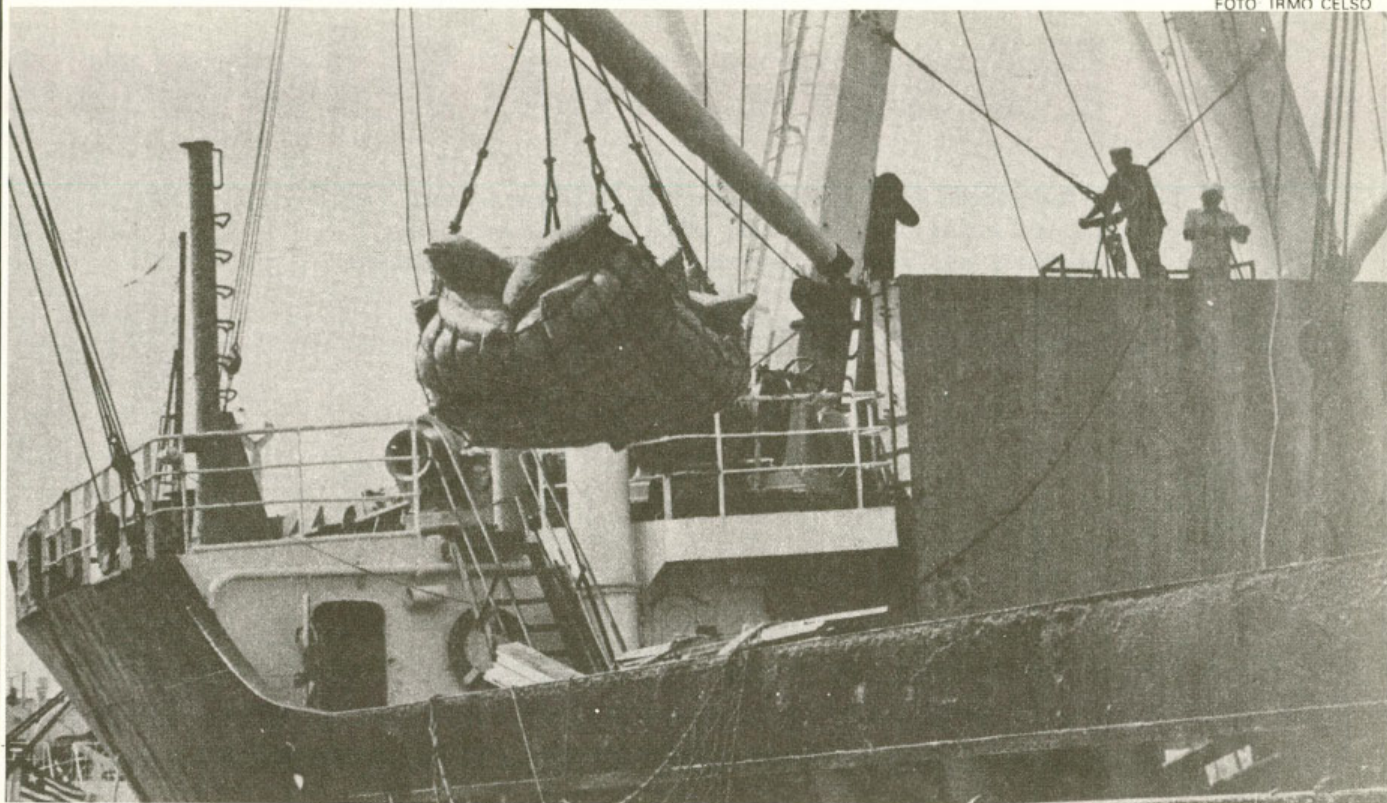
Os operários brasileiros são submetidos, assim, a uma superexploração capitalista. Expressiva parcela da **mais-valia** que produzem é arrancada pelo capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, eles têm que produzir lucros para a expansão dos negócios da burguesia nativa. É como estar sujeito a uma dupla exploração capitalista.

No caso do Brasil, o pagamento da dívida externa tem sido possível graças à exportação de uma imensa quantidade de mercadorias. A venda desses produtos no exterior é que possibilita a obtenção de divisas para efetuar os pagamentos. Praticamente todo o saldo da balança comercial (diferença entre exportações e importações) é consumido pelos juros abocanhados pelos banqueiros estrangeiros.

Desta forma, o saldo comercial constitui-se precisamente de uma parcela do trabalho não pago realizado pelos operários, a **mais-valia** que é apropriada pela comunidade financeira internacional. Isto aparece com uma clareza formidável, a imensidão de mercadorias exportadores é trabalho que não é remunerado no Brasil, produto do suor de milhões de brasileiros subtraído aos operários e ao país pelos agiotas internacionais, riqueza que se esvai pelos nossos portos em detrimento do mercado interno. Num processo que foi corretamente popularizado e resumido na expressão "espoliação imperialista".



Primer Mundo-Tercer Mundo
Rainer Hachfeld
Republica Federal Alemana



Exportações, um esforço a cada dia maior, exigido pelo FMI, em detrimento do mercado e do consumo interno.

O ônus, no final das contas, cai sobre o operário

Pode-se ter a impressão de que, em função disto, o pagamento dos juros seria coisa exclusiva dos exportadores ou dos operários por eles empregados, uma vez que são eles que produzem para vender no exterior. Mas não é bem assim. Ao contrário, para que haja exportações nos níveis e nas condições atuais é mister manter um certo diferencial interno das taxas de lucros em favor do setor exportador, o que o governo procura fazer com isenção de vários impostos, subsídios e outras vantagens.

O Estado centraliza o pagamento dos juros e acaba apresentando a conta a toda a sociedade, uma vez que, para viabilizá-lo, é forçado a se endividar internamente. Neste processo, ele aumenta o déficit público, pressionando a inflação (na verdade uma espécie de imposto), principal mecanismo pelo qual os encargos da dívida são "democratizados" ou redistribuídos (caindo, afinal, sobre as costas largas dos trabalhadores).

O pagamento da dívida externa tem, por consequência, dois efeitos principais sobre a economia brasilei-

ra: de um lado, reduz a disponibilidade de lucros para reinvestimento interno, comprometendo o crescimento; de outro, provoca uma pressão violenta do capital sobre o trabalho no sentido de aumentar a taxa de exploração, arrancar um volume maior de **mais-valia** para compensar o aumento da participação do capital bancário estrangeiro no lucro global.

Politicamente, é um fenômeno que possui caráter duplo e entrelaçado: por um lado, representa a exploração internacional do proletariado pelo grande capital; por outro, a espoliação do país como um todo por esses mesmos monopólios. Diz respeito, por, isto, à luta dos operários de toda a nação.

Um problema que a burguesia não vai solucionar

Em geral, a burguesia propagandeia que o pagamento da dívida é um compromisso de honra. Mas é evidente que faz um discurso de classe e o que defende é o sagrado direito de exploração dos operários pelos capitalistas. Existem, é certo, condições geradas pela dívida entre os próprios capitalistas. É inegável, por

exemplo, que a grande burguesia brasileira acaba sendo lesada pelo pagamento. Na medida em que é forçada a reduzir sua participação nos lucros gerados internamente, também sente os efeitos da espoliação imperialista.

Por isto, embora não conteste que a dívida deve ser paga, uma vez que isto contraria as regras do jogo capitalista, ela procura negociar melhores condições para o pagamento. Visa reduzir a transferência de recursos para fora, a fim de aumentar sua participação no bolo. Deseja, é verdade, ficar com a parte do leão do desenvolvimento capitalista.

Porém, embora queira apresentar seus interesses como se fossem idênticos aos do conjunto da nação (fala em defender o crescimento econômico, ocultando que trata do crescimento dos seus negócios, etc), busca soluções de compromissos com o imperialismo. Evidencia apenas que, nesta altura da história é uma força retrógrada, inconsequente no combate ao imperialismo, em uma palavra: antinacional. É diante disto que os interesses dos trabalhadores na luta contra a exploração do capital se entrelaçam, e em certo sentido até se confundem, com os anseios de toda nação de dar um basta à espoliação imperialista e garantir a independência econômica do país.

Fiasco do Plano de

A execução do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, que tem metas julgadas tímidas pelos trabalhadores rurais, praticamente não saiu do papel após mais um ano do decreto presidencial. Os próprios dados oficiais demonstram que pouca terra foi distribuída no governo Sarney.

Arthur de Paula *



Ex-presidente do CEATA (Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola), da Bahia.

e Reforma Agrária



A meta do PNRA para o período de outubro de 1985 a dezembro de 1986 era desapropriar 4.620.000 hectares de terra. Entretanto, a desapropriação atingiu apenas 1.386.100 hectares, ou seja, cerca de 30% do previsto. Já o assentamento das famílias, que envolve um trabalho mais complexo e cuja meta era de 150 mil famílias, atingiu apenas 11 mil, ou seja, 7,5% do programado.

Em Estados como Pará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro, o governo não desapropriou nem 10% do previsto. Na Bahia, Goiás, Espírito Santo, as desapropriações não alcançaram 20% das metas estabelecidas pelo PNRA. Chama atenção a total ausência de desapropriações de terras no Piauí, Amapá e Roraima, onde os latifúndios permaneceram intocados. Por outro lado, no Mato Grosso, Estado do ex-ministro Dante de Oliveira, as desapropriações alcançaram 336 mil hectares - o equivalente a 210% do que foi programado.

Latifúndio conta com o apoio do Poder Judiciário

Estes dados do Mirad (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário) não espelham totalmente a realidade. Até o início deste ano, dos

316 latifúndios "desapropriados" pelo presidente José Sarney, 190 encontravam-se ainda sob o domínio dos proprietários, que recorreram aos seus aliados e protetores na Justiça Federal ou Estadual. Os latifundiários questionaram o valor das indenizações estipuladas pelo governo com base na legislação em vigor e até mesmo o ato de desapropriação por interesse social. Isto mostra que em 60% das terras até agora desapropriadas, o Incra não pode administrá-las por estarem "sub-judice". Nos estados do Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte foram feitas desapropriações, mas nenhum assentamento. Nos territórios do Amapá e Roraima, onde foram desapropriadas diversas áreas, também não foi feito qualquer assentamento nem mesmo em terras públicas de domínio da União.

O que explica o desempenho tão fraco do governo?

Pergunta-se então, quais fatores contribuíram para que o governo tivesse desempenho tão pequeno dentro de um programa tão acanhado?

Em primeiro lugar chama atenção o rumo do próprio governo José Sarney, que se divorcia das aspirações mais sentidas da maioria da nação,

em especial dos trabalhadores das cidade e do campo. Mantendo o caráter de Estado-patrão, faz ouvido mouco para os clamores dos camponeses e cede às pressões conservadoras e terroristas da UDR e do latifúndio.

Amplos setores do governo, como os ministros Antonio Carlos Magalhães, Paulo Brossard e os da área econômica, manifestam-se de variadas formas contra a Reforma Agrária. Muitos mantêm intensa articulação em prol dos latifundiários e das grandes empresas nacionais e estrangeiras. É neste terreno que a UDR, que inicialmente desafiava o governo, hoje faz ampla articulação dentro e fora do governo, incitando e organizando os reacionários a impedir a realização do PNRA.

O ex-ministro Dante de Oliveira colocava-se numa posição ímpar dentro do governo em defesa do PNRA. Isto fica cada vez mais claro frente, por exemplo, ao orçamento do Mirad para 1987. As metas de desapropriações para este ano são de 9.240.000 ha e de 300.000 assentamentos de famílias, o dobro do previsto para 85/86. Os recursos previstos para este ano segundo o próprio Mirad, permitirão atingir, "se tudo der certo, apenas 20% das metas". Se levarmos em conta ainda que deixaram de ser desapropriadas 3.233.900 ha e de serem assentadas 140.000 famílias no período 85/86, o quadro fica ainda mais crítico e patético.

Militares atuam contra a reforma agrária no país

Nota-se claramente quanto os militares ainda detêm de "prestígio" e força no governo, pois apesar das inúmeras denúncias e posicionamentos da sociedade civil e dos trabalhadores rurais pelo fim do Getat o mesmo continua de pé. Foram feitas pequenas alterações nos seus quadros, mas efetivamente as bases do Getat atuam paralelamente ao MIRAD. Nas áreas de sua ação - Maranhão, Pará e Goiás - que possuem grandes conflitos, apenas 19 latifúndios foram propostos para desapropriação, sendo que 15 destes processos estão na Justiça. No Maranhão, o Getat, que conta com dois



As primeiras famílias assentadas em terras de São Paulo



Trabalhadores rurais presentes no Congresso Nacional para entregar o documento aprovado em fevereiro.

escritórios, não executou sequer uma proposta de desapropriação.

Num segundo plano, não se pode desconhecer a participação decisiva do Poder Judiciário no entravamento da execução das desapropriações, e também no apoio às diversas ações dos latifundiários contra os trabalhadores rurais. Ação esta que vai desde o acatamento pelos Juízes de indenizações extorsivas à Nação das terras e benfeitorias desapropriadas. Nestas avaliações os próprios "peritos" (avaliadores) ganham relativamente ao valor da causa. Ou ainda ocorrem, generalizadamente no Norte, Nordeste, Centro Oeste, despejos de lavradores sem decisão judicial, mas com sua total conivência, ou ainda com participação direta dos juízes dando "liminares" ou sentenças arbitrariamente a favor dos latifundiários.

Ocorre também que na própria

"máquina do governo" existem vários funcionários colocados em postos de chefia ou não que atuam no sentido de retardar e dificultar ações em favor dos trabalhadores rurais.

Banco Mundial ajuda a emperrar execução do PNRA

Neste quadro de grandes obstáculos que se colocam à efetivação e ampliação do PNRA, e mesmo à luta por uma Reforma Agrária anti-latifundiária, destaca-se ainda a interferência e ação do imperialismo através do Banco Mundial. Hoje praticamente todos os "programas sociais" do governo, notadamente na área de saúde, educação e de Refor-

ma e Desenvolvimento Agrário, dependem para sua execução de empréstimos usurários deste banco internacional.

Os próprios recursos para execução do PNRA dependem de empréstimos. Os recursos repassados pelo Tesouro Nacional para 1987 sustentam praticamente apenas a estrutura administrativa do MIRAD/INCRA. É importante lembrar que os interesses imperialistas deste Banco são bastante evidentes, no sentido de aumentar nossa dívida e ao mesmo tempo dificultar o avanço da luta pela Reforma Agrária. Assim, em 1986, financiou centenas de milhões de dólares aos governadores do Nordeste, através do projeto Nordeste (Nordestão), que prevê uma ação de distribuição de terras e apoio variado a pequenos e médios agricultores e demais ações para "camadas carentes do interior". Na realidade a verba

serviu para a ação corrupta destes governos, principalmente no período da eleição dos constituintes, com obras demagógicas. Restou a dívida que agora é repassada ao povo e sem dúvida se somará à criada pelo PNRA.

Necessidade de pressionar a Constituinte

Por outro lado desenvolvem-se e ampliam-se os conflitos agrários no país, bem como os casos de "escravidão branca". Os trabalhadores rurais, cansados de tantas promessas e demagogia, aumentam a sua disposição de luta por uma verdadeira Reforma Agrária, que acabe de vez com o latifúndio.

O quadro grave da situação no campo mostra a necessidade urgente de modificações profundas no sistema de propriedade de terra, hoje fortemente concentrada e monopolizada. É urgente a necessidade de amplas mobilizações dos camponeses e seus aliados para exigir da Assembléia Nacional Constituinte transformações no sistema de propriedade, distribuição e uso de terra, assim como nas relações de trabalho no campo. É imprescindível a organização de comitês e Comissões, formadas por camponeses, sindicalistas, entidades e indivíduos para defender a realização de uma reforma agrária anti-latifundiária, ampla, massiva e imediata.



Luto no campo: uma cena comum.

Contag critica o

Recentemente a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) encaminhou ao presidente José Sarney um documento com duras críticas ao plano de reforma agrária do governo. Nele também estavam apontadas as principais exigências dos homens do campo em relação a política agrária do país. Este documento foi aprovado num encontro, no início de fevereiro, que reuniu 22 federações estaduais (Fetags) e cerca de 2 mil trabalhadores rurais. Publicamos alguns de seus trechos:

"Os graves problemas que afligem milhões de famílias de trabalhadores rurais permanecem sem receber por parte do governo providências voltadas efetivamente para a sua solução, ao tempo em que constatamos sucessivos recuos e desvios dos objetivos da reforma agrária, contradições entre os programas oficiais para o campo e ausência de uma política agrícola de apoio aos pequenos proprietários. Em consequência, continua a intensificação dos conflitos de terra, da violência e do processo de concentração da terra e da renda no meio rural.

"(...) As forças reacionárias contra a reforma agrária ao conseguirem adiar a solução do grave problema fundiário do país continuam, acobertada pela impunidade, a afrontar a nação, mantendo milhões de hectares inexplorados, utilizados como reserva de valor para fins especulativos e utilizando milícias para massacrar trabalhadores e suas lideranças.

"(...) A ausência de uma clara definição da reforma agrária como compromisso e prioridade de governo vem dando espaço também a postura conservadora e, até mesmo, anti-reforma agrária por parte de integrantes das diversas áreas do Executivo, Legislativo e do Judiciário, vindo, por sua vez, reforçar a ação dos inimigos da reforma agrária.

Estímulo à onda de violências

"Face à morosidade e à falta de sensibilidade social, vêm-se sucedendo frequentes despejos de dezenas e centenas de famílias de trabalhadores rurais, inclusive em áreas já objeto de decreto de desapropriação por interesse social. Enquanto isso, os processos e as reiteradas vitórias se arrastam na lentidão, ora nos órgãos



Em frente ao Ministério da Justiça, lavra

administrativos, ora na Justiça (...) Perdura no campo o quadro de conflito e de violência.

"(...) Essa escalada de violência no campo não é casual. Se as suas bases estão na manutenção da injusta estrutura agrária e nas políticas governamentais que estimulam a concentração da propriedade da terra, o estímulo mais imediato à sua continuação reside na impunidade. Raras vezes são as violências apuradas. Quando são abertos inquéritos, via de regra são demorados e parciais. Raríssimas vezes os responsáveis chegam a ser presos. Nas poucas vezes em que os responsáveis são indiciados, os processos se arrastam na Justiça e os juízes nem sempre demonstram a isenção devida. Quando, em situações que podem ser contados nos dedos, a Justiça chega a condenar o mandante de alguns desses crimes, é a vez da polícia fazer prova de sua ineficiência. Os criminosos continuam em liberdade, realizando novas empreitadas, contribuindo, para tanto, a omissão ou conivência das autoridades.

recuo do governo Sarney



res exigem reforma agrária e o fim da violência.

Governo investe nos latifúndios

"(...) Por outro lado, enquanto são destinados poucos recursos para a aplicação do PNRA, vêm sendo investidas elevadas somas de recursos em programas direcionados para grandes proprietários de terra e programas oficiais não compatibilizados com a reforma agrária.

"(...) Fundadas avaliações da aplicação desses recursos têm demonstrado que os mesmos representam alto índice de desvio de suas finalidades, constituindo-se num negócio especulativo e instrumento de concentração da terra, que absorvem pouquíssima mão-de-obra, caracterizando-se como projetos anti-sociais e anti-econômicos.

"(...) A grande preocupação da política governamental continua sendo no sentido de assegurar, ao mesmo tempo que acumula divisas para fazer face ao pagamento do endividamento externo, um novo campo de

aplicação de capitais dos grandes grupos econômicos, inclusive multinacionais.

As exigências dos trabalhadores

"A concretização de uma efetiva reforma agrária no Brasil com redistribuição da terra e dos recursos e medidas de apoio à agricultura é, portanto, pelos seus efeitos sociais e econômicos, de fundamental importância tanto para os 12 milhões de famílias de trabalhadores rurais, como para a população urbana. Reforma agrária significa substituição do êxodo rural forçado e do processo de inchaço das cidades, pela geração de novos empregos e garantia do abastecimento do mercado interno.

"Nesse sentido queremos reafirmar perante Vossa Excelência as principais reivindicações dos trabalhadores rurais em relação à questão agrária:

"1. Reformulação do Plano Nacional de Reforma Agrária de modo a compatibilizá-lo com as reais necessidades dos trabalhadores e com as reivindicações do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais;

"2. Desapropriação das terras exploradas por parceiros, arrendatários e trabalhadores assemelhados, mesmo porque assim o determina o Estatuto da Terra, considerando também a necessária desapropriação das áreas úmidas e férteis;

"3. Utilização da desapropriação por interesse social como único instrumento para a consecução da reforma agrária, enterrando os mecanismos da Velha República de compra de terras e negócios agrários;

"4. Desapropriação dos latifúndios, sem restrições incompatíveis com o Estatuto da Terra;

"5. Definição das áreas de ação em cada Estado da Federação nos Planos Regionais de Reforma Agrária;

"6. Desapropriação imediata de todas as áreas de conflito pela posse da terra devendo o Governo de Vossa Excelência viabilizar de fato a decisão política da desapropriação imediata de todas as áreas de conflito;

"7. Assinatura imediata de todos os processos de desapropriação aprovados pelas Comissões Agrárias, pendentes no Mirad e na Presidência da República, e agilização dos assentamentos;

"8. Imediata reorientação da política de isenções e incentivos fiscais e compatibilização dos programas oficiais com o Plano de Reforma Agrária;

"9. A coordenação e execução da reforma agrária devem continuar a cargo do Mirad e Incra e não a cargo dos governos estaduais;

"10. Exigimos de Vossa Excelência uma definição política, clara e pública, de combate à violência no campo. Sem essa definição, as polícias estaduais e federal não conduzirão os inquéritos de forma a identificar os criminosos e mandantes e o Judiciário continuará ou se omitindo, ou, em alguns casos, servindo de instrumento dos grileiros e latifundiários, concedendo liminares de despejo sem critérios. Diante da situação limite de violência em que vivemos, não aceitamos mais que os inquéritos policiais deixem de enquadrar e prender os pistoleiros e mandantes".



Uma rica experiência na Secretaria do Trabalho

Alda Marco Antônio

Criatividade e dinamismo foram as marcas da gestão de Alda Marco Antônio à frente da Secretaria de Estado de Relações do Trabalho de São Paulo. No curto espaço de tempo em que dirigiu o órgão governamental, de fevereiro de 1986 a março de 1987, ela conquistou o respeito de um grande número de sindicalistas das mais variadas correntes.

Mineira de Uberaba, Alda iniciou sua atividade política quando ingressou na Faculdade de Engenharia do município. Na época ela militou na AP (Ação Popular). Em 1969 mudou para São Paulo e em 1975, Ano Internacional da Mulher, começou a participar da luta contra a discriminação feminina.

Nas eleições para o governo do Estado em 1982, atuou num grupo de mulheres do PMDB. Criado o Conselho da Condição Feminina, Alda foi eleita vice-presidente e depois presidente. Sua gestão foi bastante ativa. Nela se criou a Comissão Sindical do Conselho, que pesquisou as principais reivindicações da mulher trabalhadora da indústria e estimulou a participação feminina nos sindicatos.

Pouco antes de ser indicada para a Secretaria do Menor pelo governador Orestes Quércia, Alda fez um balanço de sua gestão na pasta do Trabalho. Seu depoimento mostra as potencialidades e limitações deste órgão do governo.

*O depoimento foi prestado aos jornalistas Luiz Momesso e Altamiro Borges. Também participou da entrevista a ex-diretora do Departamento de Assistência Sindical e Relações Empresariais, Célia Pecci. Texto final de **Luiz Momesso**.*

Quando assumi a Secretaria do Trabalho, no início de 86, tinha noção clara das dificuldades que enfrentaria. Sabia que a máquina era emperrada, com pouco orçamento e grandes vícios de funcionamento. Após uma semana examinando os documentos e conversando com os funcionários, cheguei a uma conclusão: essa Secretaria foi montada para não funcionar.

A Secretaria de Trabalho tem origem num decreto do presidente Getúlio Vargas, de 1931, que criou o Departamento Estadual do Trabalho. Depois ele se transformou em Secretaria Estadual da Indústria, Comércio e Trabalho. Somente em 1967 é que passou a ser Secretaria de Estado de Relações do Trabalho. É a única no Brasil que só trata deste assunto.

Ela é composta de quatro diretorias básicas: o DAR (Departamento de Atividades Regionais), com onze regionais e 86 postos no Estado, que presta orientação trabalhista, assistência social e balcão de empregos; o DLT (Departamento de Lazer do Trabalhador); o DRH (Departamento de Recursos Humanos), no qual se inclui a fiscalização das empresas; e o DASIRE (Departamento de Assistência Sindical e Relações Empresariais), no qual se inclui a negociação dos conflitos.

Por um convênio com o Ministério do Trabalho, a Secretaria tem a função de fiscalizar as empresas no que diz respeito à saúde do empregado, condições de trabalho e discriminação. Prova de suas debilidades, para fiscalizar 89 mil empresas existentes em São Paulo, quando assumi o cargo, ela dispunha de apenas 255 fiscais e um orçamento que equivalia a uma diária e meia para cada fiscal durante o ano todo. A frota da Secretaria é de apenas 32 veículos, vários deles sem condições de funcionamento. Os salários são baixíssimos, causando insatisfação aos funcionários. Além disso, há pouco pessoal de infraestrutura, como datilógrafos, secretárias, telefonistas.

Não havia possibilidade de contratar funcionários devido à burocracia e à falta de verbas. Os poucos que se encontravam na Secretaria, pois vários haviam sido deslocados para outros órgãos, estavam acostumados a um sistema de trabalho viciado e nada dinâmico.

Minha primeira semana foi aterra-

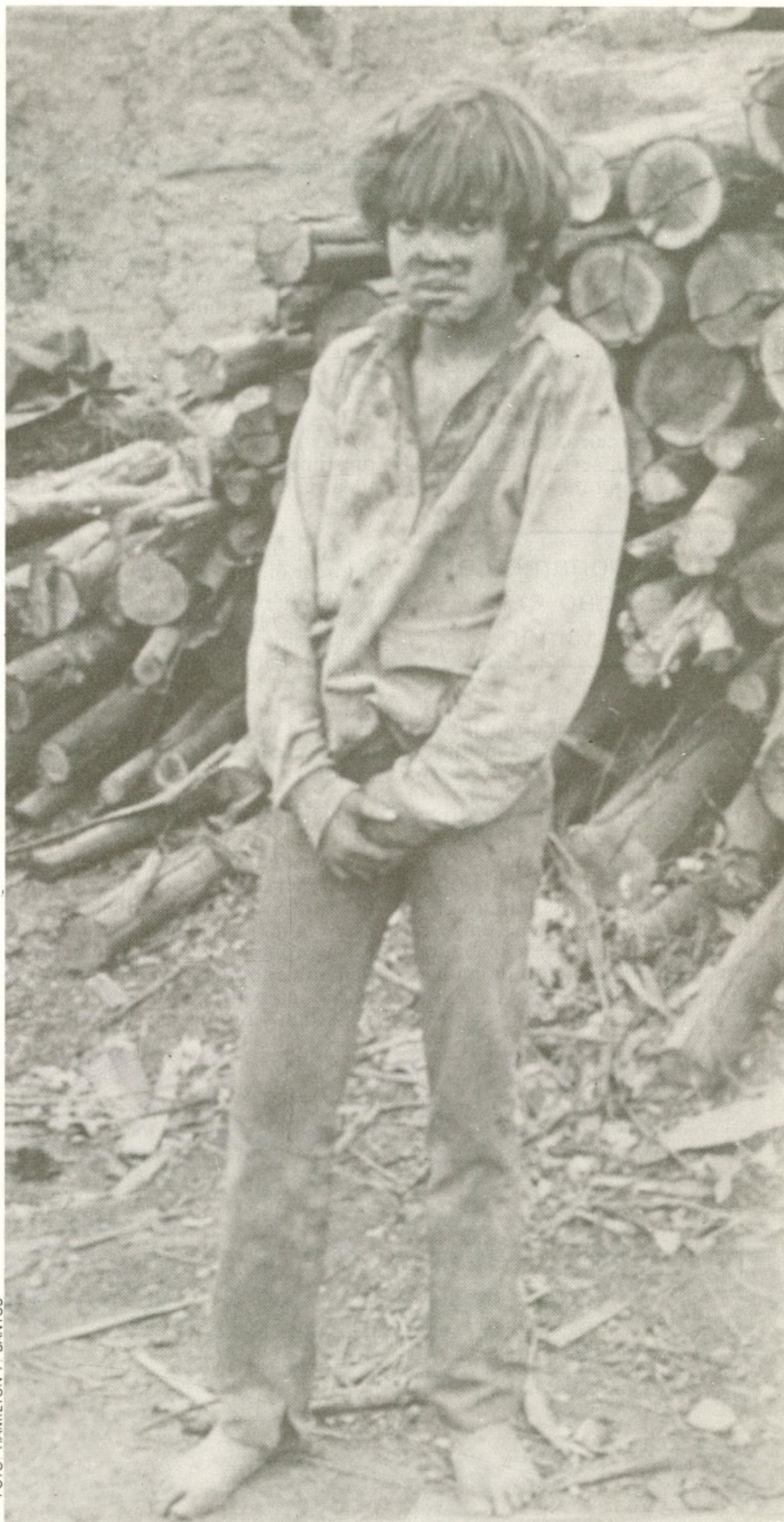


FOTO: HAMILTON F. SANTOS

Exploração de menores na carvoaria da fazenda Nitroquímica.

dora. Encontrei um planejamento pronto, feito no ano anterior. Era a repetição de um padrão que passava de uma gestão para outra. Todo orçamento já estava pré-determinado para as atividades do planejamento. Não se podia mudar a verba de uma atividade para outra. Senti-me numa camisa de força.

No meu discurso de posse havia declarado que a Secretaria estaria aberta para empresários e trabalhadores. Definimos, então, três níveis de prioridades. Um seria o de ampliar a orientação trabalhista, que a Secretaria dá gratuitamente através dos 86 postos. O segundo seria o da intermediação nos conflitos trabalhistas. E o terceiro, que julgamos mais importante, seria a fiscalização da higiene e segurança do trabalho.

“O funcionamento do órgão era muito viciado”

Comecei, então, a enfrentar as dificuldades. A primeira foi o funcionamento da Secretaria. Ou melhor, o não funcionamento. Além disso, existia o preconceito. Quando ia pedir suplementação de verba, percebia uma interrogação. Para quê? Essa Secretaria não funciona. Seus funcionários são muito antigos, só estão esperando a aposentadoria. Por outro lado, a burocracia emperra tudo. Pensei que poderia inaugurar um posto de atendimento da mulher e do menor em 60 dias. Mas existe um prazo para conseguir a verba,

outro para publicação em Diário Oficial, outro para a concorrência pública, e assim por diante. Só consegui inaugurá-lo após dez meses.

Logo que assumi, convoquei os orientadores dos postos para uma reciclagem, que se fazia necessária por causa do Plano Cruzado. Depois fiquei sabendo que não podia tê-los convocado porque não havia verba para transporte, diárias, etc. Então montamos um plano de reciclagem com cursos regionais. Também fizemos um trabalho de reciclagem dos funcionários dos postos, que atendem o público, para que não ficassem só no serviço burocrático, mas estivessem presentes nas greves e em outras situações e oferecessem seus préstimos. Fui informada de que a última reciclagem havia sido feita há 14 anos.

O papel de intermediador dos conflitos trabalhistas teve início nesta Secretaria, na gestão de Almir Pazianotto. Depois foi desestimulado. Procuramos definir com clareza essa função. Para mediar é preciso exercer um papel de auxiliar para ambas as partes em litígio. É necessário conquistar a confiança dos dois litigantes, o que fizemos indo aos locais de conflito e oferecendo nosso trabalho.

Inicialmente o Estado estava tão acostumado à ausência dessa Secretaria na intermediação, que tratava diretamente da greve - principalmente através da Polícia. Reclamei que esse era meu papel e que iria assumi-lo. A primeira mediação de que participamos foi na greve dos metroviários, com êxito. Nos casos de empresas estatais ou mistas, que envolvem

outras Secretarias, só entramos se somos solicitados.

Encaramos a greve como um acontecimento social, que tem de ter um tratamento de acontecimento social. Quanto menor for o número de leis que a regulam, melhor, porque não se pode colocar regras em movimentos sociais. Primeiramente procuramos evitar a greve, porque, do ponto de vista do Estado, ela significa um fracasso das negociações. Quando ela eclode, procuramos evitar que vá para a Justiça, porque quase sempre os trabalhadores saem perdendo e insatisfeitos.

Aos poucos fomos adquirindo prática e ganhando a confiança nas negociações. Posso afirmar que em 90% dos casos tivemos sucesso. O caso mais marcante de insucesso foi na Ceterra, empresa de Ribeirão Preto, que havia demitido um dirigente sindical. O patrão, no caso era o poder público, o prefeito, não readmitiu. Mesmo assim, os trabalhadores, que assistiram o final das negociações, bateram muitas palmas e me desejaram saúde para continuar o que eu estava fazendo. Foi um momento difícil e de muita emoção.

“Mais de 400 denúncias em menos de 60 dias”

Através de um convênio com o Ministério do Trabalho, que já dura 18 anos e nunca foi reformulado, a Secretaria do Trabalho tem a função de fiscalizar as condições de higiene e segurança do trabalhador. Permite à Secretaria fiscalizar as empresas, constatar as irregularidades e exigir, dentro de um prazo determinado por lei, as soluções apontadas. Caso as irregularidades não sejam sanadas, compete ao fiscal elaborar um auto de infração e remeter para o Ministério do Trabalho. A Secretaria não tem competência para prosseguir o processo, multar ou lacrar a empresa. Isso traz uma insatisfação para os sindicalistas que solicitam a fiscalização e para os funcionários, que não podem levá-la até o fim.

Já no discurso de posse garanti que, no mínimo, as denúncias seriam apuradas e que não iríamos fugir do trabalho. Os sindicalistas corresponderam e em menos de 60 dias já tínhamos denúncias de mais de 400



FOTO: CARLO IADELUCA

Fiscalização de uma fábrica de vidros em Ferraz de Vasconcelos.

FOTO: CARLO IADELUCA



Crianças trabalhando na plantação de chá no Vale do Ribeira.

empresas. Para a fiscalização no campo convidamos a Secretaria da Saúde, Ministério Público, delegado de polícia, prefeitos e vereadores dos municípios e os sindicatos de trabalhadores, além da imprensa e filmadores. Após constatar as irregularidades, chamamos as partes interessadas para uma reunião. No caso do campo, antes das reuniões, apresentamos os vídeos mostrando as irregularidades.

Na zona urbana, recebemos as denúncias dos sindicatos. Às vezes, os próprios trabalhadores fazem seus relatos detalhando as irregularidades. Preparamos, então, um envelope para cada empresa com toda a orientação a respeito das irregularidades que deveriam ser apuradas. Após reunir os fiscais e passar as orientações, partimos para fiscalizar cem empresas em um dia, uma vez por mês. Convidávamos os sindicalistas e a imprensa para acompanhar a fiscalização. E alertávamos os fiscais de que, se as irregularidades não fossem constatadas, faríamos uma reunião conjuntamente com os sindicalistas que as apontaram para analisar o que havia ocorrido.

Na primeira blits conseguimos visitar 82 empresas. Uma delas não permitiu a entrada da fiscalização e foi multada. Em 79 empresas encontra-

mos, em média, de 8 a 9 irregularidades, o que representa um índice alto.

Esse novo método de fiscalização acompanhada, aberta e participada, com presença do sindicato, da imprensa, incentivando a organização das CIPAS, tem um caráter educativo para o trabalhador. Leva-o a perceber melhor seus direitos e buscar o sindicato como veículo para solucionar os problemas. Demos prioridade às empresas cujas irregularidades eram muito grandes.

“Empresa tentou impedir nossa ação e foi multada”

O único caso de desacato à Secretaria foi em uma empresa multinacional, a T-Fal. Com 200 operários, houve um acidente em 16 de novembro matando 3 pessoas e ferindo 36. Ficamos sabendo do caso em 15 de dezembro e no dia 18 fizemos a fiscalização. Constatamos uma série de irregularidades, orientamos e estabelecemos prazo e quando voltamos para verificar, não havia sido feito nada. Além disso fecharam todas as portas para impedir que entrássemos. Foi o momento máximo de desrespeito a um

órgão do poder público. Aplicamos a multa devida.

E, alguns casos recebi pressões. Não diretamente do empresário, mas através de telefonemas de amigos políticos ou autoridades. Diziam para que tomasse cuidado, que poderia quebrar a cara ou que eu devia andar com um policial junto para não correr riscos, que tal empresário era amigo do Sarney, etc. Eram formas de me amedrontar. Mas eu respondia que não embarcasse na defesa de tal empresário, porque ele estava muito irregular e eu bem informada, bem documentada.

Já assisti umas dez vezes o filme “Os Companheiros”, que mostra uma fábrica de tecidos do início da industrialização. Mas, através das fiscalizações, constatei que em São Paulo, principal centro industrial do País, existem muitas situações semelhantes, e às vezes piores.

Constatei uma infinidade de casos extremos. Vou apenas citar alguns para efeito de ilustração. Cerca de nove mil adolescentes que trabalham em fábricas de vidros estão sendo envenenados, a cada dia, em seus locais de trabalho, que lembram os da Idade Média, ou do período da escravidão. Cerca de 16% dos trabalhadores dessas fábricas são contami-

nados pela silicose, que só é constatada tardiamente, e vão morrendo aos poucos por insuficiência respiratória e cardíaca. Numa metalúrgica da Zona Leste, os operários entravam às 6 horas da manhã e saíam às 14 horas, sem almoço. Às nove horas, tomavam um chá que o patrão dava em latinhas de cerveja servindo de xícaras. Em outra, o pessoal levava marmita e almoçava ao lado das máquinas, sem desligá-las. No transporte coletivo existem motoristas que trabalham até 16 horas por dia, colocando em risco sua vida e a dos usuários. Como a lei proíbe fazer mais de duas horas extras, as empresas utilizam um cartão verdadeiro e outro falso, um hollerit verdadeiro e outro falso, para burlar a lei.

"A presença do trabalho escravo na zona rural"

No campo constatamos a existência de trabalho escravo. O trabalhador não tem uma corrente nos pés, mas vive em situação análoga à do escravo. Na região do corte da lenha, um trabalhador com uma serra ganha 800 a 900 cruzados a cada quinzena. Não recebe em dinheiro, mas em mercadoria que o próprio patrão traz. Custam sempre mais que o salário. Assim, ficam sempre numa condição de devedores. Moram distantes da cidade, sem nenhum recurso para sair de lá. Suas casas são construídas com galhos de eucaliptos e cobertas com papelão aluminizado, que a fábrica de papel produz para embalagens. Não têm as mínimas condições de higiene e saúde. As crianças começam a trabalhar com 4 ou 5 anos. Descalças, pisam a lama misturada com fertilizantes e agrotóxicos. Vi meninas com menos de 7 anos, as mãos toda calejadas parecendo sola, com problemas de coluna por carregarem excesso de peso, juntas dilatadas e reumatismo por causa da friagem. Uma delas, Alex Sandra Queirós, de 13 anos, morreu esmagada por uma tora. E quando perguntava se estavam na escola, respondiam que sim, mostrando que gostariam de estar. Mas depois confirmavam que realmente não estavam. Essas coisas tocam fundo a gente.

Esses fatos que a gente descortinou nos dão a impressão de estarmos olhando por uma janelinha e vendo um pouquinho da realidade disso que chamam mundo do trabalho, mas



FOTO CARLO IADELUCA

A presença da Secretaria do Trabalho nas indústrias têxteis.

que eu estou chegando à conclusão de que é um mundo cão.

"Problema é mais amplo, é a questão social no país"

O trabalho que fizemos foi fruto de um esforço sem limites. Em muitos momentos, tanto eu como outras pessoas, colocamos dinheiro do bolso para que algumas atividades pudessem ser realizadas. Foi uma gestão muito idealista por parte das pessoas que resolveram assumir essa diretiva. Não tivemos hora, trabalhando de madrugada, de dia ou à noite, trabalhando aos sábados, domingos e feriados. Tivemos que ignorar o cansaço. Mas acho que o resultado foi compensador. Na área urbana conseguimos solucionar uma série de problemas e minorar o sofrimento de muitos trabalhadores.

No campo, adotamos a tese da corresponsabilidade, na área da lenha. Apontamos o empreiteiro (gato), como responsável direto nas relações de trabalho, mas chamamos também o empresário da fábrica de papel, que compra a lenha e contrata

o empreiteiro para tirá-la, e o proprietário da fazenda, na qual se dá a exploração. O Ministério Público adotou a nossa tese e conseguimos o primeiro acordo coletivo nessa área. Depois conseguimos outros acordos na área do chá e da banana.

Por esses acordos, estão se operando transformações importantes em algumas áreas, como em Angatuba, onde o prefeito assumiu a incumbência de transportar as crianças para a escola. A participação da Secretaria da Saúde, que há tempos tentava fazer essa medicina em conjunto com outros órgãos, foi uma conquista importante.

Avalio que encontramos um caminho é que os resultados foram compensadores. A fiscalização, feita em conjunto com outros órgãos, conseguiu solucionar diversos problemas. Porque a educação é de competência da Secretaria da Educação, o saneamento é da Secretaria de Obras, e assim por diante.

Mas o problema é muito mais amplo e não pode ser resolvido só a nível de fiscalização. Porque a criança começa a ir para a escola, mas falta uniforme, material escolar, transporte, precisa trabalhar para aumen-

tar a renda familiar. É a situação social em que vivemos. Não é só a questão trabalhista. Se as leis trabalhistas fossem respeitadas e os salários fossem dignos, diversos outros problemas como moradia, alimentação, vestuário, educação, seriam bem menores... Por isso a questão trabalhista é fundamental, mas a fiscalização sozinha não resolve todos os problemas.

“Desenvolvemos o trabalho junto com os sindicatos”

Procuramos sempre desenvolver nosso trabalho em sintonia com os sindicatos. O movimento sindical no Brasil ainda é muito débil. Temos, hoje, cerca de 53 milhões de trabalhadores, empregados ou em busca de emprego. Destes, apenas 7 milhões são sindicalizados. Pode-se falar em sindicalismo apenas nos centros mais desenvolvidos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, com 360 mil trabalhadores, agora é que está chegando na casa dos 100 mil filiados.

No interior, a grande massa de trabalhadores mal sabe o que é lei. Leis trabalhistas eles desconhecem. O que me impressiona, além da selvageria nas relações de trabalho, é o fato de os trabalhadores aceitarem essas relações, desconhecem seus direitos e ignorarem seus sindicatos.

Por outro lado, estou esperançosa em relação aos sindicalistas. Muita gente nova querendo atuar, entender, acompanhando as fiscalizações com interesse e vontade de defender os trabalhadores. São sindicalistas que vão às portas de fábricas, são autênticos, têm coragem de denunciar. Às vezes conseguem entrar com a gente nas fábricas e mostram o que não conseguimos perceber.

A Secretaria é um órgão de Estado. Como tal, procuramos trabalhar com todos os que se interessam, independentemente de suas bandeiras. Aqui a gente desconhece se o sindicato é filiado à CUT ou CGT.

Tive o respaldo político necessário, liberdade absoluta para exercer meu trabalho. Consegui suplementação de verba que chegou a ser o dobro do orçamento inicial. Não

sofri pressões a não ser por parte de alguns políticos, individualmente.

Em relação a órgãos federais, conseguimos pelo menos neutralizar uma rivalidade que existe aqui e em quase todos os Estados entre as Secretarias Estaduais e a DRT. Realizamos diversas atividades juntos e respeitamos um certo acordo ético pelo qual um órgão não entra em um trabalho que está sendo executado pelo outro. Em relação à fiscalização, procuramos resolver os problemas sem precisar que ele fosse transferido para a área federal. Consegui trabalhar conjuntamente com outras Secretarias, principalmente as de Saúde e Segurança.

Há necessidade de modificações nessa Secretaria. A mais imediata é dotá-la de infra-estrutura básica e de recursos compatíveis com as necessidades. Não há condições de bom funcionamento se os engenheiros têm que se transformar em datilógrafos, os assessores em telefonistas e assim por diante.

Mas o principal são as mudanças que precisam ser feitas. É necessário mudar as leis federais. Acho que

seria mais interessante que todo o circuito da fiscalização ficasse por conta das Secretarias dos Estados. Estão mais próximas dos sindicatos e mais acessíveis, facilitando a solução das questões trabalhistas e de saúde. O movimento sindical poderia mais facilmente pressionar a Secretaria e o Governo no sentido de conseguir soluções mais rápidas e adequadas.

“Fiscalização isolada não irá resolver tudo”

Por outro lado, é preciso criar mecanismos que garantam a execução conjunta de atividades, porque a fiscalização isolada não consegue resolver problemas como o da educação e saneamento.

Estamos fazendo propostas no sentido de que a Constituinte possibilite aos Estados fazer leis complementares a respeito do direito do trabalho e que tenha poderes para fiscalizar toda a questão trabalhista: carteira profissional, contrato de trabalho, trabalho noturno...



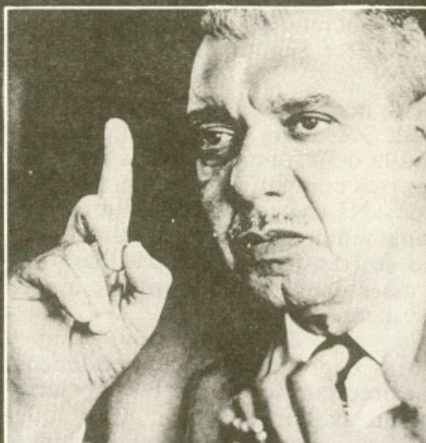
FOTO CARLO IADELUCA

Alda presenciou as péssimas condições de trabalho dos operários.

PELEGOS



Deocleciano Cavalcanti



Ari Campista



Antônio Magaldi

Sindicalistas ligados aos patrões e ao governo, os pelegos tiveram seus períodos áureos sob as ditaduras do Estado Novo e do Regime Militar pós 64.

José Carlos Ruy *

* Jornalista. Trabalhou no semanário *Movimento* e na Editora Abril. Atualmente trabalha no jornal *Retrato do Brasil*.

O artigo sobre o peleguismo é continuação da série sobre a atuação das diferentes correntes político-sindicais no país. O primeiro, no número dois de *Debate Sindical*, foi sobre os anarquistas. Também serão abordadas as atuações dos comunistas, sindicalistas cristãos e dos reformistas.

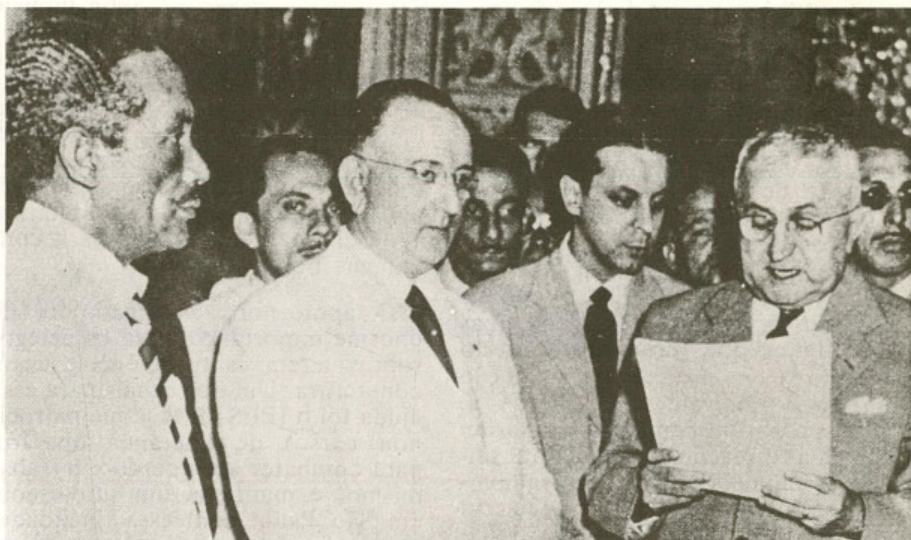
O peleguismo é um fenômeno antigo no sindicalismo brasileiro, que reflete a influência no movimento operário de elementos ligados aos patrões e ao Estado e - principalmente - à presença de uma enorme massa de dirigentes burocratizados, para os quais o sindicato tem apenas um papel assistencialista e de intermediário legal nas relações entre o capital e o trabalho. Esse é o aspecto político e social mais profundo da questão: o pelego é o agente dos patrões e do Estado no movimento sindical.

Militantes sindicais dispostos a colaborar com o governo e com o patrão existiram sempre. Já em 1908 o jornal anarquista *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, definiu-os como "operários que bajulam os potentados, em prejuízo da autonomia da classe" (1) No início do século, a vanguarda do movimento operário era formada pelos anarquistas e socialistas e, mais tarde, pelos comunistas. Contudo, numericamente, os pelegos eram maioria nos sindicatos, como reconheceu o II Congresso do Partido Comunista, de 1925 (2).

A legislação de Vargas permitiu o domínio pelego

Os pelegos daquele tempo não tinham, contudo, as condições materiais que permitiram o império de homens como Deocleciano de Holanda Cavalcanti - contra quem a palavra pelego foi usada pela primeira vez -, Ari Campista, Antonio Pereira Magaldi, no movimento sindical. Faltavam-lhes os mecanismos institucionais mais tarde criados, de tal forma que a primeira tentativa governamental de organizar e dirigir o movimento operário, o Congresso que ficou conhecido como "Congresso Pelego", realizado no Rio de Janeiro em 1912, com apoio do presidente Hermes da Fonseca, não teve maiores consequências.

As condições para a transformação desse tipo de sindicalista numa burocracia sindical dependente do Estado só surgiram a partir de 1930. O Ministro do Trabalho entre 1934 e 1937 e uma das figuras mais eminentes do novo regime, Agamenon Magalhães, justificou a intervenção



Deocleciano ouve com atenção as palavras do general Dutra

do governo dizendo que os sindicatos eram núcleos de "desagregação e luta contra o poder" e, para defender sua autoridade, o Estado passou a ordená-los, "transformando-os em meio de governo". (3)

Essa determinação, gradualmente transformada em lei entre 1931 e 1939, erigiu as bases institucionais que incorporariam o sindicato ao aparelho estatal. A mais importante lei sindical legada por Vargas, o decreto 1402, de 1939, ainda hoje ameaça os trabalhadores. Ela regulou a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos e proibiu a militância sindical dos operários comunistas. Em 1943, essa lei foi incorporada à CLT. (4).

Os pelegos, apoiados pelo Ministério do Trabalho, passaram a substituir a liderança operária mais autêntica, principalmente a partir de 1935. Nesse ano, pode-se dizer, começou o Estado Novo para os operários: os sindicalistas independentes passam a ser presos e torturados, os partidos operários fechados pela polícia e os comunistas perseguidos ferozmente. (5)

O peleguismo a partir daí torna-se então tão descarado que nas festas de primeiro de maio e nas promulgações de leis sociais passaram a ser comuns as "homenagens" a Getúlio Vargas, ao ministro do Trabalho ou aos interventores dos Estados, para agradecer aos benefícios recebidos. Seu espírito foi exemplarmente resumido por um sindicalista: "Só em pronunciar o vosso nome - disse ele a Vargas - sinto, como trabalhar brasileiro, dentro

da minha alma, o eco de milhões de vozes que o repetem, em uma bênção de gratidão e de fé patriótica nos destinos do Brasil" (6).

Para obter os recursos que sustentariam os sindicatos, o governo criou o Imposto Sindical (lei 2377, de 08.07.1940) concluindo assim uma arquitetura institucional cujo destino esteve a salvo de todas as lutas sociais do país neste meio século desde sua criação. O pelego foi sua figura chave. Burocrata sindical fiel antes ao patrão e ao governo do que aos trabalhadores, seu primeiro período áureo vai de 1935 a 1950.

Após 1951, aparecem pela primeira vez em muitos anos as condições para as lideranças operárias autênticas desafiarem o predomínio dos pelegos. O fim da exigência do atestado ideológico, uma medida de setembro de 1952, (7) permitiu aos operários ligados ao Partido Comunista e às demais lideranças autênticas participarem das eleições sindicais.

Acuada, a direita revela sua cara e apoia militares

Desde então, até a deposição de João Goulart, em 1964, os pelegos estiveram na defensiva. O anticomunismo tornou-se o aspecto central de sua ideologia; passaram a ter também apoio ativo e intenso de organizações públicas e empresariais norte-americanas - entre 1951 e 1961, 369

sindicatos receberam dinheiro americano, 90 deles só em 1961 (8).

A rejeição dos pelegos pelo movimento sindical teve seu climax no III Congresso Sindical Nacional, em agosto de 1960, aberto com a participação de 3 mil delegados de mil sindicatos - quase 60% dos 1669 sindicatos que existiam no país. Minoritários, os pelegos juntaram-se aos "renovadores", sindicalistas "apolíticos" de várias correntes ideológicas - desde os que foram expulsos do Partido Comunista com a facção Agildo Barata, até os católicos - e, unidos pelo anticomunismo, lutaram contra a formação de um central sindical nacional, contra o apoio à revolução cubana, pela extinção do imposto sindical nacional e pela filiação do sindicalismo brasileiro exclusivamente à CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) e à ORIT (Organização Regional Interamericana do Trabalho), organismos sindicais internacionais ligados ao governo norte-americano.

O dinheiro de fora para apoiar o peleguismo

Sem conseguir impor suas teses ao Congresso, os dirigentes pelegos da CNTI (Deocleciano de Holanda Cavalcanti e Ari Campista), da CNTC (Angelo Parmigiani) da C-NTTT, juntamente com 45 delegados sindicais e os representantes da CIOSL e da ORIT, abandonaram o Congresso numa manobra inútil e isolada: a imensa maioria dos delegados continuou reunida, dando prosseguimento aos trabalhos.

Em maio de 1961, eles formalizaram sua cisão, aglutinando-se no MSD - Movimento Sindical Democrático, que unia os pelegos, os "renovadores" e os católicos numa central sindical de direita cujo lema era "Deus, Propriedade Privada e Livre Empresa". Dirigida por Antonio P. Magaldi, presidente da CNTC, a entidade foi apoiada pelo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais-Instituto Brasileiro de Ação Democrática), uma organização patrocinada pelo grande capital brasileiro e estrangeiro, pelo latifúndio e por entidades ligadas ao governo norte-americano, para fomentar atividades antidemocráticas,

antipopulares e antinacionais contra o governo João Goulart. (9)

Na crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, o MSD deu uma mostra do que seria sua atuação política nos anos vindouros: foi contra a greve que exigia a posse imediata do vice-presidente João Goulart, e aconselhou os trabalhadores a confiar nas Forças Armadas.

O apoio norte-americano foi de enorme importância para os pelegos sobreviverem às turbulências dessa conjuntura. Um dos canais para essa ajuda foi o IPES-IBAD, que patrocinou cursos de liderança operária para combater a esquerda e o trabalhismo, e mantinha um sítio-escola em São Paulo para essa finalidade. Outro canal para ajuda americana foi o ICT (Instituto Cultural do Trabalho), que era patrocinado pelo IADESIL. Este era a agência brasileira da AIFLD, American Institute for Free Labor Development, uma organização cujos recursos eram custeados pelo governo dos Estados Unidos (70%), pelas grandes empresas americanas (15%) e pela AFL-CIO, a grande central sindical pelega norte-americana (15%). O ICT - que durante alguns anos, na década de 70, foi dirigido por Antonio P. Magaldi - foi extremamente ativo, e só até 1964 treinou 12 mil sindicalistas em todo o país. (10)

O golpe de 1964 deu novo alento aos pelegos, abrindo para eles uma segunda fase de predomínio no sindicalismo brasileiro. Os militares afastaram os sindicalistas autênticos, e reconduziram os pelegos à direção das entidades onde haviam sido desalojados. Os organismos intersindicais forjados pelos trabalhadores nas lutas dos anos anteriores foram desmantelados pela polícia, os sindicalistas mais combativos foram presos, exilados ou assassinados pela repressão. (11)

Os sindicalistas de direita colaboraram intimamente com os militares nesse expurgo. Entre os metalúrgicos de São Paulo a colaboração do MSD com a ditadura foi o exemplo mais claro do que ocorreu em outros lugares. Vários militantes da "oposição democrática" do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foram nomeados interventores em sindicatos importantes no Estado. (12)

Ao lado das intervenções, o governo ressuscitou o atestado de ideologia (em janeiro de 1965), reforçando

o controle oficial das eleições sindicais. Outro aspecto reforçado depois de 1964 foi a intervenção americana agora sob a proteção dos governos militares. (13) O IADESIL criou um "intensivo programa de treinamento de líderes sindicais brasileiros no estilo do sindicalismo norte-americano" (14) que adestrou, até 1973, 3 mil sindicalistas na tarefa de dirigir os organismos sindicais dentro dos estreitos limites determinados pelos governos dos generais.

Finalmente, os militares - reprisando o Estado Novo - incentivaram o assistencialismo. Em 1970, um decreto autorizou a formação de convênios entre os sindicatos e a Previdência Social para assistência médica e odontológica, solenemente assinado pelo general Médici no Palácio do Planalto, na presença de mais de 1.200 sindicalistas. Mas os militares de 1964 não conseguiram obter a aprovação unânime que Vargas conseguia nessas ocasiões, e vozes como a do presidente do Sindicato dos Gráficos do Estado de São Paulo, lembraram que a medida atendia apenas aos "interesses secundários das entidades sindicais", e as verdadeiras finalidades dos sindicatos não deviam ser desvirtuadas. (15)

Depois de 1977 renasce a luta nos sindicatos

Essas tímidas vozes inconformistas cresceram lentamente. Em 1977, quando o governo reconheceu que a manipulação dos índices de inflação provocou um arrocho adicional de 34,1% no salário dos trabalhadores, elas multiplicaram-se. Apesar de suas limitações economicistas, o pequeno grupo de sindicalistas combativos que dirigia esse movimento deu os primeiros golpes sérios contra os pelegos. Ari Campista, o superpelego, um antigo integralista, presidente da CNTI desde 1974, velho aliado dos militares de 1964, não tardou em sair em defesa do imobilismo sindical, atacando entre outras coisas, a idéia de se criar uma central sindical - os trabalhadores brasileiros ainda não estão preparados para ela, dizia - e a convocação de um congresso nacional de Trabalhadores, dizendo que "a Conclat é perda de tempo". (16)

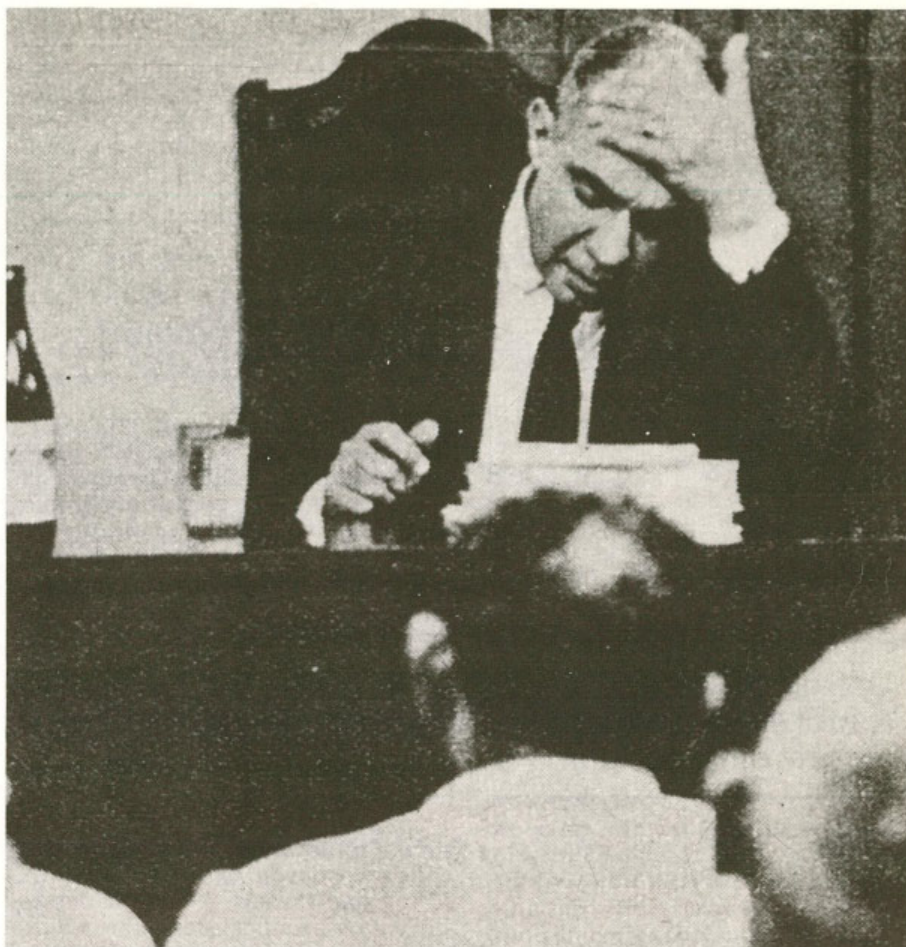
No V Congresso Nacional dos Tra-

balhadores na Indústria, promovido pela CNTI e aberto pelo general Geisel em julho de 1978, no Rio de Janeiro, os sindicalistas autênticos, liderando 33 sindicatos de todo o país (17), denunciaram a direção pelega de Ari Campista e divulgaram uma "Carta de princípios" que foi um instrumento para a articulação nacional na luta para retomar as entidades. As eleições sindicais dos anos seguintes opuseram, invariavelmente, chapas de oposições operárias às diretorias pelegas. Um levantamento feito em agosto de 1981 mostrou que nas principais eleições desde o segundo semestre de 1980, em treze Estados, os pelegas levavam a pior. Nelas, "27 diretorias pelegas (que estavam no poder há 13 anos, em média) foram derrubadas; somando-se às 18 diretorias 'autênticas' que também enfrentaram eleições nesse período, pode-se dizer que 45 entre os 80 sindicatos têm diretorias "autênticas".

Ari Campista foi cassado por corrupção em 83

O crescimento das lutas operárias desde 1978 criou também dificuldades inusitadas para os pelegos. Ari Campista, em abril de 1983, venceu uma eleição tumultuada para a presidência da CNTI, cujo prato forte foram as acusações de fraude. Mas ele não pode completar seu último mandato. Em dezembro de 1983, foi forçado a renunciar, no bojo de uma crise e onde onze diretores, que o acusavam de corrupção e enriquecimento ilícito, pediram ao Ministério do Trabalho uma sindicância na entidade. As denúncias foram comprovadas, e Campista e seu secretário de Finanças foram proibidos de exercer qualquer atividade sindical desde então.

Com a Nova República, surgiram dificuldades adicionais. Um dos primeiros atos do ministro do trabalho Almir Pazzianotto foi revogar, em março de 1985, as portarias 3337, de setembro de 1978, que proibia a formação de centrais sindicais, e 3437, de dezembro de 1974, que regulava as eleições sindicais, que passaram, desde então, a serem reguladas por estatutos aprovados pelas assembléias dos trabalhadores nos sindicatos, respeitando-se contudo as



Campista, como ministro do TST, foi contra várias greves operárias.

condições de elegibilidade fixadas pela CLT.

A Nova República trouxe problemas adicionais

Na nova conjuntura, marcada pela presença aberta da classe operária nas lutas sociais e políticas do país, os pelegos viram-se obrigados a optar entre adaptar-se para sobreviver, ou assumir com clareza sua ideologia direitista.

Assim, muitos deles reciclaram sua atuação, aliando-se a setores combativos do movimento sindical, abrindo-lhes espaço para atuação nas entidades que dirigiam. Aos poucos, empurrados pelas bases e pelos novos aliados, foram assumindo um lugar ao lado dos verdadeiros dirigentes da luta operária.

Outros, cujo peleguismo decorre de uma postura definidamente ideológica,

trataram de reorganizar suas forças. É o caso de Antonio Pereira Magaldi, o dirigente da CNTC e fundador da USI, (União Sindical Independente) uma central sindical de direita que surgiu em 1985. Ela tem duas confederações, cerca de 30 federações e um número de sindicatos que lhe permite reclamar a representação de 1,6 milhões de trabalhadores (menos de 4% do total do país), principalmente comerciários e de serviço. A USI define-se como "liberal de centro", formada para combater as "ideologias extremistas", especialmente o comunismo.

Magaldi, que insiste no caráter apolítico de sua entidade (apesar do apoio ao PDS e ao PTB de Jânio Quadros), critica a CUT e CGT "por estarem desviadas dos interesses dos trabalhadores, e voltadas para os objetivos políticos de partidos ou grupos". A respeito do direito de greve, a oposição da central direitista é apenas uma repetição do jargão conservador: ele quer uma lei que não restrinja os "movimentos classistas", mas prega a necessidade de solução



pacífica para os conflitos trabalhistas.

Pelegos tentam sobreviver na USI com dificuldades

Baseada principalmente entre os comerciários e os trabalhadores em serviços de hotelaria, a trajetória da USI tem sido sinuosa, repleta das dificuldades de articulação de uma entidade como essa num quadro onde a classe operária tem peso decisivo no conjunto dos trabalhadores. Assim, em março de 1986, apoiou com entusiasmo o Plano Cruzado e distribuiu 500 mil panfletos em São Paulo, em sua defesa; meses depois, juntou-se aos críticos de direita daquele plano econômico. Em 1986, tentou também ficar fora das articulações da greve geral de 12 de dezembro, contra o Cruzado II e a dívida externa. Magaldi foi a Brasília, numa reunião com a CUT e a CGT, disposto a não apoiar a greve. Recuou, contudo, e apoiou formalmente o movimento.

Os pelegos não estão apenas na USI, entretanto. A burguesia, esperta que é, procura de todas as formas estabelecer contatos também com as outras centrais sindicais existentes no país. É importante não esquecer que a ajuda da burguesia estrangeira aos sindicatos pelegos prossegue. A mais importante delas é a americana. Só em 1984, segundo denúncia do jornal francês *Liberation*, (23) a organização sindical americana Free Trade Union Institute (Instituto pelo Sindicalismo Livre) distribuiu 18 milhões de dólares do National Endowment for

Democracy (Fundo Nacional pela Democracia, um órgão criado pelo governo Reagan) para financiar sigilosamente sindicatos pró-americanos na França, Brasil, Filipinas, Chile, Nicarágua, Polônia, Portugal, Suriname e Paraguai.

Os sindicalistas "de carreira" ainda são muitos

Uma pesquisa pioneira feita entre fevereiro e junho de 1981, coordenada por Roque Aparecido da Silva, do CEDEC, traçou um amplo painel do sindicalismo brasileiro, enfatizando a diversidade de suas manifestações regionais; 192 dirigentes sindicais foram entrevistados, em sete Estados, mostrando que sua maioria é formada por "sindicalistas de carreira" e, se é certo que nem tudo entre eles seja "peleguismo, nem tudo é São Bernardo".

Existiam no Brasil, em 1985, 9 confederações nacionais, 179 federações e 5532 sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos. Atuando nessas entidades, devem existir por volta de 55 mil sindicalistas. A maioria desses sindicatos e sindicalistas estão, entre-

tanto, completamente à margem das articulações mais gerais e ofensivas que surgiram nos últimos anos. No I Conclat, por exemplo, realizado em 1981, compareceram pouco mais de 5 mil delegados representando cerca de 1100 sindicatos. Ainda hoje, menos da metade dos sindicatos existentes estão filiados à CGT ou à CUT: a primeira afirma ter 1300 filiados, e a segunda teria 1000.

Assim, deve existir mais de 3200 sindicatos que não estão filiados a nenhuma das centrais sindicais, um número que indica a magnitude da tarefa dos dirigentes sindicais autênticos do país: trazer essa imensa massa de sindicalistas para a luta organizada, esclarecê-los contra as manobras da direita e dos pelegos no interior do movimento sindical e articulá-los a nível regional e nacional em torno de objetivos comuns. Um estudioso tem razão em concluir que "o Estado criou, no Brasil, uma camada de burocratas sindicais, provendo-lhes diretamente a subsistência, fazendo-os coniventes com o sistema estabelecido e interessados em sua continuidade". Essa conclusão, contudo, não basta: ela apenas descreve um aspecto da situação atual. Cabe ir adiante, cabe ajudar os sindicatos a transformarem-se em autênticos órgãos de luta dos trabalhadores.

Notas

1. Fausto, Boris, *Trabalho Urbano e Conflito Social, 1890-1920*, São Paulo, Difel, 1977, p. 61-2.
2. Pereira, Astrogildo, "A Formação do PCB", in *Ensaio Histórico e Político*, São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 94.
3. citado in Oliveira, Lúcia Lippi, *Elite Intelectual e debate político nos anos 30*, Rio de Janeiro, FGV-CPDOC, 1980, p. 222.
4. Rodrigues, José Albertino, "Os sindicatos e sua autonomia", in *Jornal do Brasil*, 31.3.1985.
5. Carone, Edgard, *A República Nova (1930-1937)*, São Paulo, Difel, 1976, p. 122-23.
6. Carone, Edgard, *O Estado Novo (1937-1945)*, São Paulo, Difel, 1977, p. 128.
7. Erickson, Kenneth Paul, *Sindicalismo no processo político brasileiro*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p. 68.
8. Costa, Sérgio Amad, *O CGT e as lutas sindicais brasileiros (1960-1964)*, São Paulo, Editora Grêmio Politécnico, 1981, p. 33.
9. Dreifuss, René Armand, *1964: a conquista do estado*, Petrópolis, Editora Vozes, 1981, p. 305 e ss.
10. Idem, p. 317; *Jornal do Brasil*, 23.11.1985.
11. Dados sobre a repressão aos sindicatos após 1964 podem ser encontrados em *Retrato do Brasil*, Vol 3, São Paulo, Política Editora, 1984, p. 106-8, e em Erickson, Kenneth Paul, op. cit., p. 209.
12. Martins, Heloisa Helena de Souza, *O Estado e a Burocratização do Estado no Brasil*, São Paulo, Editora Hucitec, 1979, p. 104-5.
13. Ver Varela, Pedro Correia, "Situação dos Trabalhadores", in *Revista da Civilização Bra-*

- leira, nº 9 - 10, setembro-novembro de 1966.
14. Erickson, Kenneth Paul, op. cit. p. 220.
15. Revista *Veja*, 30/09/1970.
16. *O Estado de São Paulo*, 22-11-1977, e *Folha de S. Paulo*, 04-01-1978.
17. *Folha de S. Paulo*, 29/07/1978.
18. Ruy, José Carlos, "Autênticos versus pelegos", *Movimento*, 24/08/1981.
19. Revista *Veja*, 21/12/1983; Revista *Senhor*, 24/06/1986.
20. Borges, Altamiro, "A direita sindical cria a USI", *Tribuna da Luta Operária*, 13/01/1986.
21. *O Estado de S. Paulo*, 27/02/1986.
22. *Jornal do Brasil*, 23/11/1985.
23. *Jornal do Brasil*, 28/11/1985.
24. Cedec, *Sindicatos em uma época de crise*, Petrópolis, Cedec-Editora Vozes, 1984, p. 9.
25. Esse número é calculado por Leôncio Martins Rodrigues no ensaio "Sindicalismo e classe operária, 1930-1964", in *História Geral da Civilização Brasileira*, T. III, *O Brasil Republicano*, 3º vol, São Paulo, Difel, 1981. Ele esclarece que esse número é precário, baseado numa média de 10 dirigentes por sindicato. Como cada sindicato pode ter entre 3 e 7 diretores número que, somado aos representantes no conselho das federações e a todos os suplentes, pode levar a 24 pessoas ligadas à diretoria, pode ser bem maior. Outro levantamento, feito por Regis Moraes, no artigo "Cardápio trabalhista da Nova República", publicado em *Nova República: um balanço*, Porto Alegre, LPM, 1986, p. 250, estima o número de sindicalistas entre 70 mil e 115 mil.
26. Rodrigues, Leôncio Martins, op. cit., p. 555.

PROMOÇÃO

*** Faça 10 assinaturas de Debate Sindical e ganhe de brinde um livro;**

*** Faça 50 e receba uma coleção completa de revista Retrato do Brasil (quatro volumes encadernados reunindo os 43 fascículos da publicação).**

PRAZO DA PROMOÇÃO: Até 03 de julho.

OBS: As assinaturas devem conter os dados básicos conforme o modelo abaixo. De preferência, envie as assinaturas e o dinheiro de uma só vez para o Centro de Estudos Sindicais (Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, CEP 01050, São Paulo). O dinheiro também pode ser remetido para conta número 24741-3, Bradesco, agência 0500, em nome de Altamiro Borges.

PREÇO DA ASSINATURA: Cz\$ 160,00 (equivalente a quatro edições da revista)

LISTA DE LIVROS PARA SUA ESCOLHA:

- * Sobre os Sindicatos - Lênin - Editora Polis
- * Sindicalismo - Marx e Engels - Ched Editorial
- * Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil - Hermínio Linhares - Editora Alfa-Omega.
- * História das Lutas Sociais no Brasil - Everardo Dias - Editora Alfa-Omega.
- * Problema do Sindicato Único no Brasil - Evaristo de Moraes Filho - Editora Alfa-Omega.
- * Os Sindicatos Brasileiros/ Organização e Função Política - Hans Füchtner - Edições Graal
- * Sindicato e Estado - Aziz Simão - Editora Ática.
- * Sindicalismo no Processo Político no Brasil - Kenneth Paul Erickson - Editora Brasiliense.
- * As Ligas Camponesas - Fernando Antônio Azevedo - Editora Paz e Terra.
- * As Ligas Camponesas - Elide Rugai Bastos - Editora Vozes.

Nome:
Sindicato:
Cargo:
Endereço:
Cidade: Bairro:
Estado: CEP:
Data:

Fique sócio do CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985.

Seu principal objetivo é o de contribuir para o avanço do sindicalismo brasileiro. A entidade não tem fins lucrativos e atua graças ao apoio voluntário de um grande número de sindicalistas e estudiosos da questão sindical. Entre as atividades que o CES desenvolve destacamos as seguintes:

- * Curso Básico de Sindicalismo. Quatro aulas tratando das questões fundamentais do movimento sindical e que são acompanhadas de apostilas.**
- * Elaboração de livretos que abordam os principais assuntos discutidos no meio sindical. Já publicamos o Gibi da Constituinte, totalmente ilustrado.**
- * Edição da revista *Debate Sindical*. Uma publicação trimestral de análise, polêmica e intercâmbio de experiências sindicais.**
- * Estudos aprofundados sobre temas candentes do sindicalismo, como estrutura sindical, comissões de fábrica e o valor da imprensa nos sindicatos.**

Procure-nos. Fique sócio do CES.

**Maiores informações: Rua Major Quedinho, 300, sala 15
Bela Vista, São Paulo. Fone: 37-7300.**